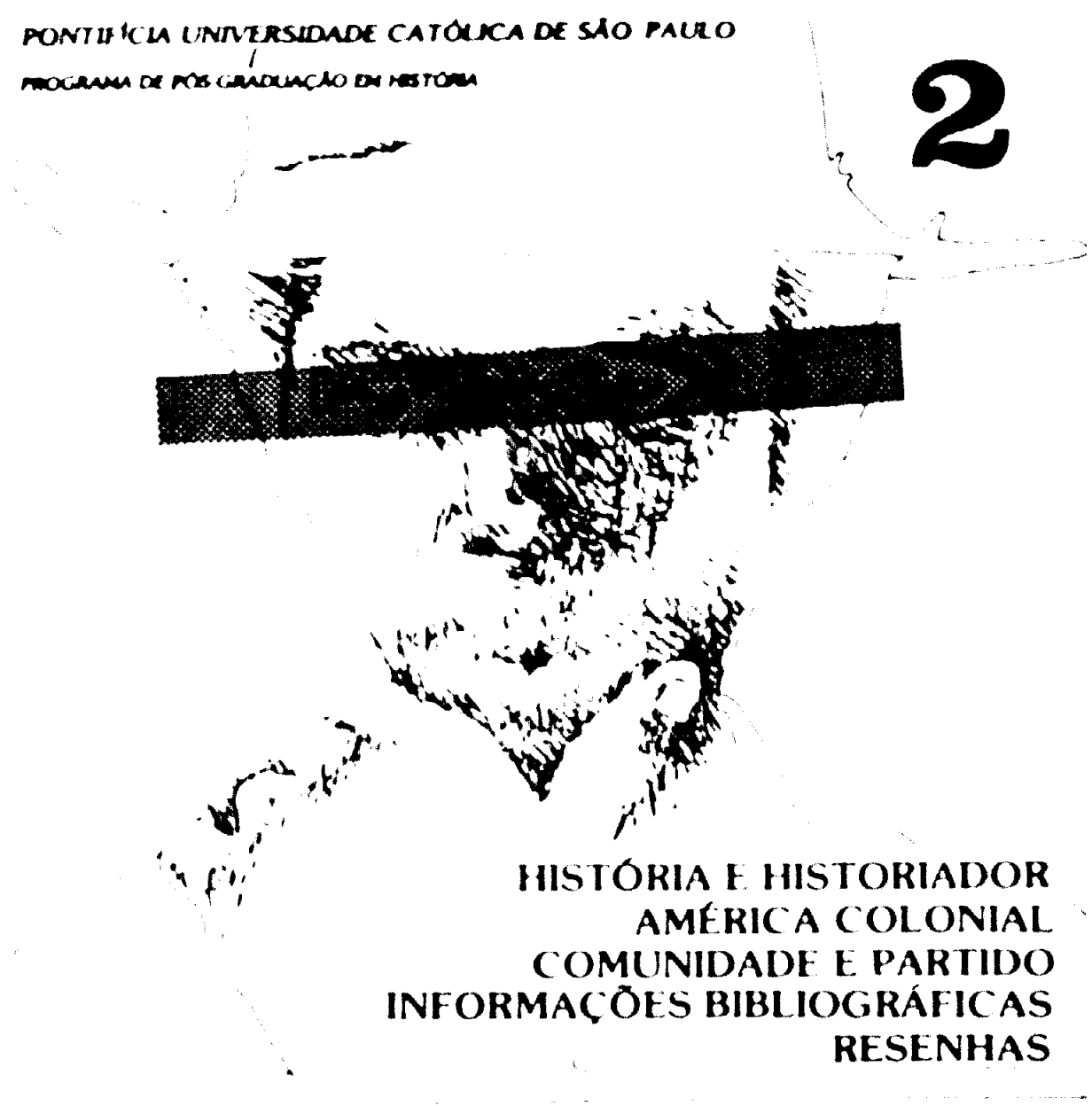


PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

2



HISTÓRIA E HISTORIADOR
AMÉRICA COLONIAL
COMUNIDADE E PARTIDO
INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS
RESENHAS

projeto
HISTÓRIA



CE...

PROJETO

HISTÓRIA



Duas Palavras	pág. 5
A Formação do Profissional de História e a Realidade do Ensino Dea Ribeiro Fenelon	pág. 7
A História como Ficção Coletiva Hans Magnus Enzensberger Apresentação e Tradução de Luiz Egypto	pág. 20
Reflexão sobre Comunidade e Partido Ismael Thompson Paula	pág. 26

Dois Estudos sobre América Colonial Luso-Espanhola:

- A Estrada Sorocaba-Sacramento na
Apropriação de Terras e Gado no
Brasil Meridional (1680 - 1750)
Enrique Peregallipág. **38**

- Registros de Navios no Arquivo
Geral de Índias
Yvone Dias Avelinopág. **48**

INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICASpág. **53**RESENHAS

- "Um Mulato no Reino de JamBom" (as classes
sociais na obra de Lima Barreto) M. Zilda
Ferreira Cury (Sônia A. Marrach)pág. **57**

- "1930: O Silêncio dos Vencidos"
Edgar de Decca (Yara Aun Koury)pág. **60**

- "Escravidão no Brasil"
Jaime Pinsky (Yara Aun Koury)pág. **63**

- O QUE É O NUPDOCHpág. **65**

DUAS PALAVRAS 5

Foi com enorme satisfação e grande honra que acedemos ao convite para apresentar "Projeto-História", do Programa de Estudos ' Pós Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Todos aqueles que, nesta Revista, assinem seus trabalhos de- vem estar sentindo que a chama inicial criadora da primeira hora' mantém-se viva. Como se outra coisa não bastasse, bastaria-nos es se anseio coletivo solidário para aquiescermos à distinguida in- cumbência.

Se, às gratíssimas impressões de ordem pessoal, juntarmos as' manifestações culturais e científicas, tão reveladas naquele Pro- grama de Estudos, que mais se poderia pedir de bom e de aplausos' para esta feliz e fecunda iniciativa realizadora?

No momento em que se intensificam na PUC de São Paulo a pes- quisa e o ensino da História, em níveis de graduação e pós gradu- ação, semelhante iniciativa é merecedora de aplausos, notadamente por sobressair um singular propósito: o de revelar o "Universo" da História, criador e renovador. Dir-se-ia que não é muito. Mas é bom que seja pouco.

Pela primeira vez, naquele Programa de Estudos tem-se notícia de diligência de tal alcance com o intento de numa Revista, pro- blematizar-se o ensino e a pesquisa concernentes, definindo-lhe ' rumos e balanceando-lhe conhecimentos cientificamente demonstrados bém assim, gostos, tendências, produção histórica e temáticas de linhas de pensamento. Admirável esforço coletivo em proveito do "mundo da cultura."

O "Projeto-História" comprova a renovação metodológica do referido Programa de Estudos, onde a atual pesquisa processa-se contrariamente à concepções já ultrapassadas; e onde o ensino é ministrado, tendo-se em conta a pesquisa prévia. Admirável binômio - ensino/pesquisa - gerador de serviços prestados a comunidade.

O "Projeto-História" assenta, em seu nascedouro, numa fecunda teorização conceitual, em que seus colaboradores - historiadores, alunos e professores universitários de História, bem assim como outros cientistas sociais acham-se munidos da conveniente "utilização" mental e material para a indagação do fenômeno histórico. Semelhante postura denuncia insatisfação intelectual, ao mesmo tempo que manifesta, na sua excelência e distinção, o propósito da Revista que ora apresentamos.

Que os leitores do "Projeto-História" o comprovem nas páginas que se seguem. Por isso, almejamos que esta Revista se mantenha, sempre e sempre, com a seiva verificante que nos anima, enriquecendo cada vez mais, através dela, o ensino e a pesquisa do evento histórico. E que, em consequência sintamo-nos, mais e mais, estimulados a levar avante novos cometimentos, no serviço da nobre causa da historiografia científica contemporânea brasileira.

São Paulo, Agosto de 1.982.

Yvone Dias Avelino

Coordenadora dos Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.



A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE HISTÓRIA E A REALIDADE DO ENSINO

DEA-RIBEIRO FENELON

T ratar deste tema não é novidade para mim. Tenho falado bastante sobre isto, ultimamente. No Encontro dos Alunos de História, no XI Simpósio da ANPUH, na Paraíba e em outras oportunidades. Há, portanto, a certeza de estar a me repetir em vários ângulos do problema, que afinal é de certa forma delimitado, mas ainda assim considero válidas muitas destas observações, além de gostar de aproveitar todas as oportunidades que se me apresentam para refletir em conjunto, com profissionais e alunos de História, sobre o trabalho que fazemos na Universidade, formadores que somos destes profissionais de História.

- Que perspectivas estamos transmitindo a eles?
 - De que concepções estamos falando quando se considera o seu futuro desempenho profissional no ensino de 1º e 2º graus?
 - E que dizer do ensino e da pesquisa na própria Universidade?
 - Que diálogo estabelecemos com nossos alunos em relação às posições e experiências sociais vivenciadas por todos nós?
 - De que realidade estamos falando quando dizemos que a História é importante porque nos ensina a analisar a realidade para podermos transformá-la?
- Dentro destas indagações o eixo de minhas preocupações na tentativa de contribuir para a superação do círculo vicioso a que nos levou a prática de uma

política educacional, que exprime e consolida uma determinada estrutura de dominação social, passa por nossas concepções de ciência, de saber, de produção do conhecimento, de nossa posição social, de nossa situação enquanto "fazedores de História" em todos os sentidos.

Não tenho dúvida de que para fazer avançar qualquer proposta concreta como professores de História ou formadores de profissionais de História temos de assumir a responsabilidade social e política com o momento vivido. Para isto seria necessário antes de mais nada romper com uma maneira tradicional de conceber conhecimento, sua produção e sua transmissão. Isto significa, para mim, em primeiro lugar, o posicionamento no presente, para sermos coerentes com a postura de "sujeitos da História". Se queremos avançar nesta perspectiva temos de nos considerar como "produtores" nesta sociedade que queremos democrática e não como simples repetidores e reprodutores de concepções ultrapassadas.

E o que significariam estas concepções que considero tradicionais?

Começemos por lembrar que no quadro atual da organização e da divisão do trabalho intelectual a posição que ocupa a História exorime uma hierarquia e uma classificação das ciências correspondentes a uma concepção de saber/conhecimento, legitimadora da divisão social em compartimentos estanques. Caberia a História, dentro deste quadro - o estudo do passado. Estabelecendo uma primeira crítica, diríamos que esta maneira de organizar o pensamento e a ciência realizou no nível da abstração, a separação daquilo que para nós

é indivisível e complexo, ou seja a totalidade do social, dificultando ainda mais sua forma de apreensão, a pretexto mesmo de conhecê-la melhor, de facilitar a apreensão do real.

Tal concepção de ciência domina grande parte de nosso mundo acadêmico, ainda que muitas vezes revestida de novas formas e negando suas origens positivas e científicas. Não nos esqueçamos, entretanto, de que ela exprime uma determinada realidade social, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, com todas as modificações e transformações da sociedade industrial européia e ocidental. A partir desta visão deu-se reconhecimento científico a uma separação entre trabalho intelectual e manual surgida do próprio avanço do capitalismo. Desenvolveu-se o método científico, fortaleceram-se as instituições acadêmicas e a partir desta perspectiva pode-se reconhecer as características de uma produção de conhecimento inteiramente dissociada da realidade social.

Nesta produção, a existência concreta, a base real e material sobre a qual se constrói o todo social não aparece. O conhecimento não é visto como uma atividade social e a ciência assim produzida torna-se autônoma, mesmo porque acaba sendo fruto de um esforço de reafirmação da neutralidade e da isenção de pressupostos ou de concepções, que de acordo com seus adeptos somente atrapalhariam a compreensão do real. Ainda que contestada, revista, reformulada esta concepção busca sua hegemonia na maneira de fazer e produzir a ciência e muitas vezes consegue se manter, principalmente na

Universidade e em especial em nossa disciplina, a História. Além disso ela não se submete e nem aceita críticas, porque analisar as determinações sociais seria reconhecer e introduzir elementos estranhos e acessórios à própria ciência, negando portanto a base de seu trabalho.

A partir de tudo isto parece que o resultado desta produção conduz a uma visão empiricista e fragmentada do social e ainda que buscando sua organização conceitual, seguindo regras metodológicas e usando técnicas as mais sofisticadas, acaba propondo em verdade novas subdivisões do social em político, econômico, cultural, etc. Para isto o trabalho do cientista se resume em investigar a realidade a partir de modelos de análise, em juntar os fatos acontecidos e estes são sempre irrefutáveis porque comprovados pelos documentos, consiste em organizá-los cronologicamente ou em torno de conceitos e aí está pronta a ciência, no nosso caso, a História.

Muitas vezes nem mesmo se questiona o caráter das próprias fontes utilizadas tão preocupados estão os historiadores em comprovar sua fidedignidade. Não se apercebem de que a própria organização dos documentos e das fontes preservadas, guarda em si a marca de uma visão já definida do processo, quase sempre a do dominador. Fragmentando o todo social e propondo uma ciência que ao final deve ser objetiva e neutra, desprovida de

pressupostos, concepções e teorias, busca-se a verdade absoluta que será conseguida pela soma das produções cumulativas de gerações fiéis a tal tradição.

Entretanto na atividade prática

do historiador "tudo começa com o gesto de selecionar, reunir e transformar em 'documentos' determinados objetos distribuídos de outra forma. Na verdade a tarefa do historiador é a de produzir tais documentos, pelo próprio fato de recopiar, transcrever ou fotografar esses objetos, mudando ao mesmo tempo, seu lugar e seu estatuto. O historiador, portanto, não recolhe apenas os dados, ele os constitui e é ele quem dá vida ao fato histórico definindo sua importância e organizando-o de acordo com seu sistema de referências. Nesse sentido Schaff já salientou com bastante previsão a inevitável precedência da teoria ao fato histórico.

Se aceitamos então essa dissociação referida acima entre a ciência e o social, sem a devida perspectiva crítica, estamos assumindo na prática um modo de pensar a nossa disciplina, a História, e o seu ensino e a pesquisa, dentro de um esquema tradicional, onde a Universidade é sempre pensada como centro de produção do saber, ou como diria Michel Certeau, ela se transforma no "lugar social" de onde falam os cientistas:

"Dessa relação entre uma instituição social e a definição de um saber surge a personalidade notável...justamente com o que se denominou a 'despolitização' dos sábios, sendo necessário entender-se por isso não um exílio fora da sociedade, mas a fundação de um 'corpo' no interior de uma sociedade onde as instituições políticas eruditas e eclesiásticas se especializam reciprocamente, não uma ausência, mas um lugar particular numa redistribuição do espaço social".(1)

E assim a ciência que se produz neste espaço social está circunscrita a ele, começa e acaba nele, produzida, consumida e criticada, revista e analisada dentro de um círculo cada vez mais fechado que lhe determina o permitido e o interdito. O Historiador se julga distanciado do social concretizando assim a distorção entre o fazer e o escrever a História. O conhecimento é visto como algo passivo, despolitizado e sempre intelectualizado, e a História que se produz dentro destes limites institucionais, com esta perspectiva, não consegue mais do que formar profissionais que serão os reprodutores destas concepções, perspectivas, informações, saber, etc. Dentro da lógica do sistema e da política educacional é isto o que se espera da Universidade, haja visto as experiências que vivemos a respeito de Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica, etc. O que realmente se quer é a formação do profissional, sobretudo o professor como o "vulgarizador" do conhecimento, que portanto não precisa aprofundar ou aprender a refletir historicamente.

De fato, dissociado da prática, o fazer História se torna abstrato e a História, enquanto disciplina, não faz mais do que reproduzir um conhecimento desarticulado, despolitizado, fragmentado, especializado, cada vez mais tomado como prática educativa destinada a desenvolver nos alunos o mito da "memória nacional", com seus ritos e maniqueísmos de vilões e heróis.

Daí minhas indagações sobre o profissional que formamos.

Vejamos pois como funcionam, no geral, nossos Departamentos de História. Em sua maioria são bastantes atomizados reunindo quando muito áreas de estudo onde se congregam disciplinas afins, ainda submentidas à direção de um professor titular ou responsável, que na prática assume as antigas funções de professor catedrático. Quando não é esta a organização, ou se busca a articulação das disciplinas de um mesmo semestre letivo, ou as chamadas reuniões gerais para integração dos conteúdos das várias disciplinas e distribuição da carga horária e a atribuição aos professores. Estas reuniões acabam por se tornar mais um ato de formalismo acadêmico, onde tudo se discute, mas também tudo se aceita em nome do respeito à autonomia do professor. Em alguns departamentos existe também uma tendência ao exagero formal da organização didática, que pressupõe definição de objetivos muito bem articulados, conteúdos apropriados, critérios de avaliação, etc., só que a didática é tomada, muitas vezes, como camisa de força, ou então como simples cumprimento de formalidades burocráticas do preenchimento de formulários onde estes itens são apresentados. Daí a didática se torna estática, não indaga a realidade dos alunos com os quais vai lidar, mesmo porque na maioria das vezes os planos são feitos sem a presença dos alunos.

No final em todas estas formas de organização departamental muito pouco se trata da discussão do essencial - que tipo de profissional queremos formar, como encaramos esta formação, que objetivo devemos definir para alcançar este propósito? De alguma forma em muitos de nossos Cursos estas questões parecem

já estar resolvidas e o que resta é apenas "adequar" disciplinas, articular conteúdos, discutir programas.

Podemos dizer mesmo que a maioria de nossos Cursos de História é livresca, no sentido de que a História que transmitimos é a informação que está nos manuais, consagrados o mito da palavra escrita e a confusão entre a historiografia e o processo histórico acontecido. As discussões sobre os aspectos metodológicos e teóricos são reservadas aos Cursos de Introdução, Metodologia e Teoria ou Historiografia, quando existem nos currículos e os professores de outras disciplinas estão eximidos de discussão metodológica pois isto é assunto de disciplina específica e seria até considerado "invasão de área". Eles são assim os professores da "História propriamente dita", ou seja, lidam com o processo histórico, só que cada um à sua maneira, sem realizar o diálogo ou o esclarecimento sobre o sentido e o significado de sua posição, do direcionamento de seu curso para tal abordagem e não outra. Isto é deixado para os alunos perceberem como se estivessemos lidando com um tipo ideal de aluno.

E ainda mais, nossos cursos quase nunca recorrem à prática de investigação. Através dela se poderia aprender sobretudo a problematizar e a questionar não apenas a historiografia no sentido da produção intelectual, mas também a própria realidade concreta que nos rodeia, numa prática mais sadia de ensinar a praticar a própria disciplina, olhando em volta, tentando mostrar uma História viva, que permita aos alunos sua própria identificação

social. Ao invés disto, estamos simplesmente formando reprodutores de uma ciência já pronta e acabada sem nenhum referencial teórico ou metodológico, se não aquele das teorias já cristalizadas e estáticas. Com isto se perde o sentido do dinamismo da História e se impede qualquer perspectiva de compreensão da possibilidade de mudança e da situação do historiador também como agente do processo, capaz de agir sobre ele e transformá-lo.

Sendo um resultado desta formação é fácil constatar que o profissional do ensino de História, o recém-formado, tendo de enfrentar a realidade de uma sala de aula com 40/50 alunos, 30/40 horas semanais e péssimas condições de infra-estrutura, para não falar do desincentivo da remuneração aviltante, na maioria das vezes se sente perdido, não sabe o que vai fazer. Passou 4 anos estudando a sua disciplina e de repente se vê perplexo diante da realidade - quase sempre não tem mesmo segurança nem sobre sua própria concepção de História, de ensino e na confusão tenta reproduzir o que aprendeu com a intenção de fazê-lo o melhor possível. Sente-se perdido até mesmo quanto aos critérios de escolha do livro didático a ser adotado, dentre a profusão de novos lançamentos com visuais modernos e conteúdos antiquados.

Sente-se culpado, sua formação ainda é deficiente, precisa estudar mais, ir para a Pós-Graduação ou para um curso de especialização e reciclagem... É o círculo se completa pois a única segurança que lhe foi

transmitida é a do mito do saber, da cultura, dos dogmas da ciência, que estão nos livros, na academia. Ao impacto do enfrentar o mercado de trabalho com todas as suas complexidades e todos os seus desgastantes problemas estruturais se junta a insegurança intelectual da falta do conhecimento, da inibição para qualquer proposta alternativa, porque fora dos padrões a ele impostos como científicos.

Sua perplexidade vem também do distanciamento entre as propostas de ensino de História que ele mesmo recebeu na Universidade e a realidade da formação dos alunos com os quais tem de lidar. Quando entrou na Universidade foi-lhe demonstrado, pela via das reclamações constantes, todas as deficiências de sua formação: não sabe estudar, não sabe pensar, não sabe tirar o essencial de uma leitura, não articula o pensamento, não está acostumado ao diálogo, etc. Entretanto, a maioria das propostas de Curso durante os seus anos universitários não levava em conta estas deficiências. Na verdade os planejamentos são quase sempre expressão daquilo que se considera ser um curso de bom nível universitário, sem nenhuma consideração quanto ao para quem se destinam. E dependendo do professor e sua concepção de História o aluno acabará recebendo, ou uma formação voltada para a exclusividade do factual empírico, ou para o abstrato da teorização muitas vezes excessiva. Nenhuma mediação entre estas propostas e a formação anterior. Quando já professor, formado nesta colcha de retalhos, volta ao ensino de 1ª e 2ª graus e não

consegue se identificar quanto aos caminhos a serem percorridos e muitas vezes repete o erro de sua formação: começa a pensar nos alunos ideais, na escola ideal, etc. Professores universitários e professores do 1ª e 2ª graus unem-se então para reclamar do nível dos alunos, cada vez mais baixo, sem perceber que são suas propostas que estão extremamente fora da realidade, não apresentam nenhum interesse específico a não ser o grau de dificuldade. E é preciso lembrar que qualquer que seja o nível dos alunos dentro da sala de aula é com eles que temos de lidar.

Quero também esclarecer que não estou discutindo as técnicas e os problemas mais especificamente da didática da História, não porque os considere menos importantes, mas porque minha preocupação neste momento se volta mais para o conteúdo da História que estamos ensinando, a concepção da História com a qual estamos trabalhando e que se exprime nos resultados de nosso trabalho, quaisquer que sejam as técnicas e os recursos didáticos utilizados.

Antes de abordar o problema por este ângulo quero explicitar posição de que não ignoro os efeitos de uma política educacional que atinge não apenas a área de História, mas mais especificamente toda a área de Ciências Humanas. É evidente que não podemos ignorar os resultados de um ensino planejado para corresponder às necessidades de reprodução do sistema capitalista em que vivemos, interessado mais em consagrar situações existentes ou formar elementos aptos a lidar com tecnologias já dadas, sem nenhuma capacidade criadora, que não se preocupa com o necessário incentivo e estímulo

à pesquisa nas áreas básicas. Por todas estas razões faz das Ciências Humanas o instrumento da reprodução ideológica do sistema. Daí a História oficial, o controle dos programas, a diminuição das aulas ao estritamente necessário, o desdobramento da História em Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil. Se das Ciências Exatas se espera a formação de profissionais destinados ao controle da produção, das Ciências Humanas se espera a formação de profissionais para a reprodução ideológica dos valores dominantes.

Daí também uma legislação muitas vezes casuística na medida das necessidades de momento e que depois não sabe como lidar com os resultados destas medidas: haja visto o caso gritante dos Cursos de Estudos Sociais criados com determinados fins políticos de esvaziamento das disciplinas consideradas "perigosas", incentivados por alguns anos e que diante da pressão vinda da Universidade e da ineficácia da medida, estão a desaparecer e o governo não consegue resolver nem mesmo o problema daqueles que embarcaram na ilusão de um diploma mais rápido e mais fácil e agora precisam lutar na justiça para garantir seu espaço no magistério.

Ou, por outro lado, o incentivo dado à escola superior privada em um determinado momento como forma de instituir o ensino pago, sem nenhum planejamento adequado à realidade, vindo-se agora a enfrentar o problema de milhares de profissionais com diploma na mão sem saber o que fazer no mercado de

trabalho. O sistema particular de ensino que não se propõe a ser simplesmente a fábrica de diplomas, em que se transformaram algumas escolas e procurou desenvolver um ensino mais conseqüente se vê a braços com sérias crises financeiras, enquanto os que optaram pela comercialização do ensino, obtêm lucros extraordinários, com cursos medíocres e salas abarrotadas, explorando alunos e professores ao mesmo tempo.

Além disto as questões práticas de ausência de recursos para o trabalho didático, a carga horária excessiva para os professores e reduzida para a disciplina Histórica, a falta de articulação de um Plano de Ensino, a questão da remuneração que obriga o professor a se desdobrar em um grande número de tarefas, reduzindo sua capacidade criadora de renovação, além da dificuldade de lidar com livros didáticos, são fatores que estão presentes em nossas reflexões. De qualquer maneira o que desejo reafirmar é o fato de que nossa luta por um tipo diferente de ensino estará sempre marcada e circunscrita por este quadro e se nos decidirmos a nos lançar a ela, isto significa, sobretudo, considerar que estes são os dados da realidade, estas são as condições objetivas com as quais teremos sempre de lidar e é dentro dela que devemos delinear nossa tarefa. Basicamente estamos discutindo que estamos fazendo com o ensino da História dentro de todas estas limitações.

Partimos em nossas observações sobre o ensino da História dos resultados obtidos nas correções de provas ao longo de todos estes anos.

Não se trata de realizar análises quantitativas de acertos e erros ou mesmo de avaliar o nível de alunos e professores. Trata-se, isto sim, de procurar identificar algumas linhas, alguns traços gerais que nos permitam dedectar a concepção de História que estamos transmitindo aos nossos alunos da Universidade e que eles como futuros professores vão passar a seus alunos. Estamos assim, de certa forma avaliando os resultados de nosso próprio trabalho na Universidade.

Uma primeira observação de caráter geral. O que se constata é na maioria das vezes a inadequação das respostas em relação ao que se pergunta. As generalizações são amplas, há sempre uma história a contar, qualquer que seja a pergunta, o que pode ser atribuído ao vício de não deixar respostas em branco ou à orientação dos cursinhos para que sempre se tente escrever algo na tentativa de conseguir alguns pontos a mais, ainda que na base de enrolação. Assim o que se observa é a completa desarticulação de idéias, fragmentadas em frases soltas a respeito de tudo que sabem de História sem nenhuma consideração pela especificidade da pergunta.

Desta maneira o conhecimento do episódio e do factual existe e aparece sempre, até mesmo quando não solicitado. Ou, por outro, a simples menção de alguns fatos ainda que o que se solicite seja a relação possível a ser estabelecida entre eles e não os acontecimentos que se sucederam, é aí que se desenvolvem as respostas, demonstrando uma capacidade de discorrer sobre os fatos às vezes bastante minuciosa e precisa com referência ao

extraordinário, ao episódio e até ao anedótico. São raros os casos em que se consegue estabelecer entre os fatos mencionados alguma relação conceitual e compreensiva.

Neste particular é preciso dizer que, na maioria das vezes, a única relação possível que os alunos conseguem estabelecer entre os fatos históricos é a de causa e consequência, sem nenhuma percepção de relações ou mediações. O acontecimento torna-se causa e consequência de outro, separando-se os aspectos sociais dos econômicos e valorizando-se sobremaneira o fato político, entendido como deflagrados do processo vivido. Sendo o fato político o mais importante cria-se em decorrência o personagem que a realizou, decidiu ou optou e daí se passa aos heróis, aos grandes vultos, como os reais personagens de História, vista também como uma sucessão linear e mecânica de acontecimentos e personagens.

Mas há problemas bem mais sérios na linha do que estamos tentando levantar aqui: que tipo de História estamos transmitindo aos nossos alunos? A que aparece nas respostas e nas concepções explicitadas no discurso de alunos e professores é uma acentuada visão da História, onde se destacam as figuras, os indivíduos, os acontecimentos de cunho político, as grandes decisões de governantes a partir dos quais se constrói uma visão da História de exaltação do mais forte e do vencedor. Daí, é apenas um passo para a visão maniqueísta de vilão x herói, representando o mal e o bem.

Desta maneira, a expressão desta concepção aparece por exemplo vendo o processo de

colonização como a origem de todos os males, do atraso econômico. Portugal torna-se responsável por todas as maldades contra os brasileiros sempre representados como intrépidos filhos do solo pátrio a lutar contra o jugo da metrópole e sempre decididos a tornar o Brasil o dono de seu destino. Tudo em um processo linear, carregado de tonalidades de heroísmo e atos de maldade, sempre por decisões incorretas da metrópole. Como se separa a visão do econômico e do político das outras esferas de constituição do social as contradições e as incoerências aparecem, quando pelo lado da formação da chamada etnia brasileira, se valoriza acentuadamente aquilo que portugueses criaram de democracia racial dentro do território brasileiro. Aí então os hábitos, a língua, a incorporação de costumes negros e indígenas é apresentado como exemplo da maneira sábia como os portugueses souberam conduzir a colonização dos trópicos.

Nesta mesma linha de contradições veja-se a maneira como é abordada a questão do negro. Sem falar da maneira como se utiliza os maus tratos aos escravos como exemplo da maldade dos senhores do engenho, a escravidão é sempre equacionada com maldade, atraso, mancha de nossa cultura legada pelos portugueses. Em contraposição a introdução do imigrante europeu como solução para o problema da força de trabalho, principalmente para os cafeicultores, é por sua vez apresentada como inovadora, introdutora de novas técnicas de trabalho, de novos hábitos sociais, o imigrante sempre visto como portador de

cultura, de idéias e portanto de progresso, e assim o trabalho livre se transforma na medida da recuperação moral da consciência dos brasileiros, humilhados por serem ainda dos poucos países do mundo a conservarem a escravidão como modo de exploração do trabalho. Importante ressaltar que este tipo de visão é quase a transcrição literal dos discursos dos agentes daquele momento da história brasileira. A classe dominante justificando seus erros e suas necessidades com argumentos ideológicos, desprovidos de sentido histórico real e que se transforma na história oficial que nossos alunos repetem e trancrevem, já na segunda metade do século XX.

Embutida nesta concepção aparece como traço dominante a idéia de progresso constante e linear que pressupõe um destino final, sempre glorioso, para o qual avançamos, todos os brasileiros unidos, vencendo os obstáculos que se nos antepõem no caminho. Este vencer os obstáculos se coaduna com a visão heróica acentuada anteriormente e daí surgirem os fatos notáveis, as figuras proeminentes, os heróis, enfim.

Mais interessante é assinalar que dentro desta visão surgem algumas tentativas de interpretação do processo histórico à base dos fatos enunciados e ressaltando-se que, estas são as melhores respostas no conjunto de alunos e professores, elas aparecem com um acentuado colorido nacionalista de exaltação e ufanismo e do sentimento nacional que justifica todos os problemas e dificuldades como causadas inicialmente pelos males do colonialismo e

posteriormente pelo imperialismo, inglês a princípio, norte-americano depois. Nesta visão acomodam-se então plenamente os ideais de um passado sem conflitos internos, sem exploração e onde todas as contradições são sempre causadas pelo fator externo, o "monstro do imperialismo", que está sempre disposto a nos impedir de sermos desenvolvidos. Os maiores problemas vêm sempre de fora a atrapalhar nosso desenvolvimento harmônico, que internamente seria possível acelerar. Ainda que apareçam esporadicamente as noções de desenvolvimento, subdesenvolvimento e dependência esta são sempre tratadas de maneira a conduzir ao vício da oposição nacionalismo x imperialismo.

E esta visão de uma História sem derramamento de sangue, sem conflitos ou contradições extremadas, procurando sempre colocar a viabilidade do ideal de uma sociedade harmônica, com oportunidades iguais para todos, mascara as verdadeiras contradições do social e obscurece a própria noção de processo histórico, formado de avanços e recuos dependendo da correlação de forças em cada momento de sua constituição enquanto processo. Fico me perguntando, às vezes, se a História que estamos transmitindo não carrega, até com mais eficiência, os pressupostos que tanto criticamos na Educação Moral e Cívica.

Visto o processo com a ênfase assinalada desaparece a articulação do Brasil com o resto do mundo. É uma nação, uma entidade isolada, lutando para crescer em oposição ao mundo inteiro, que só quer o seu atraso. Não se compreende bem a realidade

mundial e muito menos o lugar do Brasil dentro dela, sempre encarado como pobre vítima do imperialismo e destinado a futuro glorioso, se não fosse o colonizador e o imperialismo.

Poderíamos ainda extrapolar mais e falar de como, quase sempre, as noções de tempo e espaço aparecem de forma confusa e são as mais precárias possíveis. Não é difícil imaginar os absurdos que surgem nas respostas na tentativa de justificar questões mais abrangentes, ou em que se abricita o relacionamento de processos acontecidos em concomitância com os do Brasil, tudo isto como resultado de uma visão mecanicista e linear que transforma a história em um decorar de datas, acontecimentos, personagens, etc. Não conseguindo transmitir nem mesmo a noção de processo, fala-se de uma História morta, na qual as pessoas não se reconhecem e nem se identificam e o passado é apenas uma "memória nacional" a ser exaltada. Tudo no abstrato porque inteiramente desprovido de qualquer articulação com a vigência das pessoas, dos alunos, etc.

E por último a mais importante das constatações. É fato que a maioria de nossos alunos não consegue reconhecer a historiografia enquanto produção intelectual do conhecimento, como realizada sob determinados e diferenciados condicionamentos sociais, portadora, portanto, de concepções e visões diversas sobre a realidade social sobre a qual se debruçam os historiadores quando escolhem seu objeto de análise. Na verdade acabam por confundir com o que passam a considerar como o "verdadeiro processo

histórico" realizando uma perfeita simbiose entre o processo real vivido e aquilo que se busca conhecer dele, sem atentarem para as características da produção científica e seus condicionamentos.

Colocados diante de questões que perdem a discussão de concepções diversas sobre determinados períodos ou acontecimentos - como a Revolução de 1930, ou a própria concepção de Capitalismo - passa a discorrer sobre os fatos ou acontecimentos relativos a estas questões, sem atentarem que estavam exprimindo muitas vezes versões contraditórias provenientes de matrizes metodológicas diversas, até mesmo no próprio conceito sobre a produção científica.

Não é difícil perceber a confusão que reina na maioria destas respostas. Os alunos conseguem repetir e reproduzir os livros em que estudaram, sugeridos até por uma bibliografia dada, porque esta é sua formação sobre o que é a ciência, ou seja, aquilo que está nos livros. Entretanto, não conseguem estabelecer com esta bibliografia nenhuma relação crítica, metodológica, para não dizer da pouca relação que estabelecem com o conteúdo da pergunta. Os exemplos e as confusões são gritantes. Pirenne, Weber e Dobb são citados numa mesma linha para discorrer longamente sobre as divisões do Capitalismo em comercial, industrial e financeiro, com detalhes sobre a passagem de uma fase a outra, com argumentos ora de um ora de outro autor, realizando uma "salada metodológica" e sem conseguir responder à questão que na verdade solicitava apenas que

se identificasse duas concepções de Capitalismo e os argumentos de cada uma delas.

Não é difícil reconhecer nestes resultados os efeitos e os sintomas da proclamada separação entre ensino e pesquisa, a que nos referimos, e que teoricamente reconhecemos como pernicioso, mas que em nossa prática acaba por se concretizar como linha de trabalho, mesmo porque não se tem muita clareza do que seja o treinamento para a investigação. Grande parte de nossos alunos são formados em História mas não são capazes de elaborar uma problemática de pesquisa. Tiveram contatos mínimos com qualquer tipo de documentação e não aprenderam a trabalhar com ela, raramente frequentaram qualquer tipo de Arquivo ou foram em busca de outras fontes de investigação aprendendo a questioná-las na forma como aparecem ou foram engobertas, no conteúdo do que dizem, na situação de testemunho de que são origem.

Isto não se faz, em verdade, porque a maioria dos professores muitas vezes jamais realizou este tipo de trabalho e tem sobre sua tarefa de ensinar uma concepção que não difere da idéia de repassador de conhecimento e de informações.

Por outro lado, alguns historiadores, que se preocupam com a teoria e o método de sua ciência vêm primando por uma extrema utilização das abstrações como forma de pensar historicamente, desprezando o empírico e o concreto como tarefa menor e fundamentando sua reflexão e análise em informações de segunda mão, sem questionar suas origens. O excesso talvez em evitar o factual de um arrolar de fatos ordenados cronologicamente, não levará nunca à possibilidade de

uma interpretação que consiga recuperar as articulações e as mediações do processo histórico, estão nos conduzindo a um impasse muitas vezes de difícil superação - parece que criamos uma barreira que dificulta a aproximação do material empírico, ou a prática de investigação metódica.

Se algumas concepções ou definições de outros cientistas sociais conceituam o trabalho do historiador como sendo simplesmente a recuperação do empírico e com isto pretendem reduzir nosso ofício a mero coletor de dados, que as outras ciências sociais irão interpretar, isto não nos deve conduzir ao extremo de rejeitar a tarefa como menor, inferior, ou de menos importância. O que é preciso distinguir, mas também concretizar é que se trata de simplesmente reconstituir o empírico. O trabalho do historiador comporta sim um trabalho que não pode e nem deve ser superficial ou de segunda mão, mas de uma verdadeira penetração direta na matéria histórica.

Para compreendermos e fazer compreender o que é ser historiador é preciso recuperar também o próprio sentido de uma concepção global das ciências da sociedade. O enfoque diverso, ou a abordagem de ângulo diferenciado, não exige nenhum pesquisador ou cientista social do abandono do processo concreto e antecipado para fundamentar suas análises. Ou corremos o risco de fundamentar e elaborar nossa produção sobre reflexões abstratas que não

contribuirão para o esclarecimento do concreto e do processo histórico.

Precisamos, entretanto, refletir um pouco além destas constatações. Esta nova maneira de lidar com a História, esta dificuldade de articular teoria e prática, não serão resultado de uma existência inteiramente dissociadas da teoria e do método que alardeamos e ensinamos? Teoricamente concebemos a História, enquanto conhecimento, como um processo de interação entre teoria e prática, ou seja, o indivíduo que busca conhecer o processo histórico está ao mesmo tempo fazendo a História do presente, e quando o faz, o faz a partir de um condicionamento que é dado socialmente, isto é, formação, posições, conceitos, pressupostos são frutos de uma concepção sobre a realidade. Na prática, entretanto, creio que transmitimos, certamente porque é o nosso cotidiano, e a nossa existência, uma concepção de História que busca verdades absolutas, que precisa discutir e assimilar todo o conhecimento livresco já produzido, que precisa estar em dia com todos os modismos de além-mar, que precisa se encadear logicamente para ser "científica" e com isto acabamos nos distanciando cada vez mais de nossa realidade e do concreto que buscamos conhecer, entrando em contradição flagrante com a teoria e o método que, abstratamente ou apenas do ponto de vista intelectual, dizemos adotar em nosso trabalho de profissionais da História.

Na verdade porque esta é a nossa prática, não

conseguimos avançar no conhecimento do concreto. Vivemos no mundo dos livros e da bibliografia ou então dos papéis velhos e dos arquivos, nos esquecendo que a História

se faz a todo o tempo e apesar de nós, também. Pouco se consegue com esta postura porque nos mostramos incapazes de abandonar uma perspectiva de classe. Fazemos a crítica, mas não caminhamos muito no processo de conhecimento, porque dissociamos nossa existência do mundo que nos rodeia, não queremos lidar com a realidade, participar dela, identificar-se com ela e vivê-la. Ao contrário disto nós encastelamos no lugar social da ciência pela ciência e de lá queremos falar como doutores em nossa disciplina.

Desta maneira a história que ensinamos está pronta e acabada, cheia de verdades absolutas e de dogmas tradicionais e rançosos, porque na verdade para a maioria a concepção de História é esta mesma - de um passado morto. Raramente o aluno é colocado diante do problema de tentar conduzir qualquer investigação, raramente aprende a fazer ciência, a fazer História - e fazer História significa lidar com a sociedade, objeto dinâmico e em constante transformação, aprende a reconhecer seus próprios condicionamentos sociais e sua posição como agente e sujeito da História. O saber é transmitido como já resolvido, simplificado aos manuais, e certamente rotulado e transformado em saber cristalizado, que no máximo pode ser superado, daí a constante necessidade de

reciclagem e atualização, mas que nunca é questionado em seu próprio contexto, em sua contemporaneidade de produção, donde se poderia mostrar o que se pode fazer da ciência que produzimos, e como também participar da sociedade em que vivemos.

Por isto estamos insistindo na necessidade de não apenas valorizar, mas realmente começarmos a realizar a pesquisa e a produção, desde o curso de graduação e de todos os níveis de ensino.

Não simplesmente coletar dados ou arranjá-los cronologicamente, mas o contacto direto com as fontes, a problematização do concreto, o necessário posicionamento no presente, a busca de compreensão crítica de nosso passado sem falsos dilantismos ou simples prazer de erudição. E esta tarefa não entendemos como restrita à formação do pesquisador com suas sofisticadas tarefas maior que a do ensino. O verdadeiro ensino sempre pressupõe pesquisa e descobertas. Queremos um profissional de História na qual as pessoas possam se reconhecer e se identificar, porque para nós a História é uma experiência que deve ser também concretizada no cotidiano, porque é a partir dela que construiremos o hoje e o futuro.

(1) CERTEAU, M. "A operação histórica", In: HISTÓRIA: novos problemas, p. 27.

Conferência pronunciada no XI Simposio Nacional da ANPUH João Pessoa - julho - 1981

A HISTÓRIA COMO FICÇÃO COLETIVA

HANS MAGNUS ENZENSBERGER

TRADUÇÃO E APRESENTAÇÃO
DE LUÍZ EGYPTO

INTRODUÇÃO

Considera-se a colagem como uma das técnicas mais avançadas da literatura do século XX. No entanto, trata-se de um preconceito. Já no século passado alguns estudiosos que nada tinham a ver com a época moderna publicaram livros nos quais se utilizavam dessa técnica. Porém, esses filólogos não eram, em absoluto, conscientes das implicações teórico-literárias originadas por sua forma de trabalho. Limitavam-se a reunir todos os textos possíveis que fizessem referência aos heróis da cultura burguesa, e com tais fragmentos realizavam montagens precisas para oferecer retratos monumentais. Na Alemanha, o primeiro deles foi o barão Von Biedermann, que publicou entre 1839 e 1896 os dez volumes de suas Convivências com Goethe.

Os princípios utilizados em tais montagens, que consistem em oferecer a totalidade dos textos conhecidos e dispô-los em ordem cronológica, conduziram a resultados incompatíveis com o "cultivo" tradicional dos clássicos, isto é, com a sua canonização. Pois que ao oferecer a totalidade dos testemunhos contemporâneos sem uma prévia seleção censória, sem suprimir as manifestações negativas ou até difamatórias, significava deixar às claras toda a contradição que se manifestava na existência dos personagens retratados.

Ao seguir-se este método, torna-se impossível obter uma imagem harmoniosa. Quando existem diversas fontes, a exposição cronológica pode inclusive conseguir que determinadas lutas e discussões muito concretas apareçam de forma particularmente ampliada: assim podemos contemplar, paralelamente, as versões opostas de um mesmo fato ou ação. Neste caso, a objetividade do método desenvolve um paradoxo muito especial:

pressupõe um leitor que continuamente tem partido.

O texto A História como ficção coletiva faz parte do livro El corto verano de la anarquía (vida y muerte de Durruti), de Hans Magnus Enzensberger (Grijalbo, Barcelona, 1977), que, utilizando-se do método acima descrito, traça toda a trajetória (a história) de Buenaventura Durruti, líder anarquista espanhol que teve atuação destacada na Guerra Civil. O livro percorre a vida de Durruti referenciado em fontes cujo único requisito básico é o de ter conhecido e/ou convivido com o personagem principal. Ele mesmo, Durruti, é autor de dois ou três fragmentos perdidos num trabalho de 334 páginas.

As idéias de Enzensberger expressas aqui possuem uma característica extremamente instigante. Assim como a História...

nenhum escritor se propõe a escrever a história de sua vida; ela se parecerá demasiado a uma novela de aventuras". A esta conclusão Ilya Ehrenburg chegou em 1931, ao conhecer Buenaventura Durruti, e em seguida pôs mãos à obra. Em poucas palavras formulou sua opinião sobre Durruti: "Este operário metalúrgico havia lutado pela revolução desde muito jovem. Havia participado em lutas de barricada, assaltado bancos, jogado bombas e sequestrado juizes. Havia sido condenado à morte três vezes: na Espanha, no Chile e na Argentina. Havia passado por inumeráveis prisões e sido expulso de oito países". E assim sucessivamente. A resistência à "novela de aventuras" revela o antigo temor do narrador em ser considerado mentiroso, e isso exatamente no momento em que deixou de inventar e se atém estritamente à "realidade". Ao menos por esta vez gostaria que lhe acreditassem. Então, se volta contra ele a desconfiança que para si mesmo havia despertado por intermédio de sua obra: "Não se acredita nunca em quem mentiu uma vez". Assim, para escrever a história de Durruti, o escritor tem que renegar sua condição de narrador. Definitivamente, sua renúncia à ficção oculta também o lamento de não saber nada mais sobre Durruti, de compreender que da novela proibida só resta o vago eco de conversas em um café espanhol.

No entanto, não consegue silenciar nem escamotear por completo o que lhe contaram. Os relatos que escutou se anoderam dele e o convertem em um mero repetidor. Mas quem foram os relatores? Ehrenburg não cita suas fontes. Suas poucas frases captam um produto coletivo, uma algazarra de vozes. Falam personagens anônimos e desconhecidos: uma voz coletiva.

As declarações anônimas e contraditórias se combinam e adquirem um novo caráter: das narrações surge a história. Assim tem sido transmitida a história desde os tempos mais antigos: como lenda, epopéia ou novela coletiva.

A história como ciência nasce recentemente, quando nos tornamos independentes da tradição oral, quando aparecem os "documentos": expedientes diplomáticos, tratados, atas e legados. Mas ninguém se recorda da história dos historiadores. A aversão que sentimos por ela é irresistível, e parece intragável. Todos a sentimos nas salas de aula. Para o povo a história é e continuará sendo um feixe de relatos. A história é algo que alguém recorda e pode contar uma e outra vez: a repetição de um relato. Nessas circunstâncias, a tradição oral não retrocede frente à lenda, à trivialidade ou ao erro, na medida que estes vão unidos a uma representação concreta das lutas do passado. Daí a notória impotência da ciência ante aos pliegos de aleluyas (1) e a propagação de boatos. "Isso sustento, não posso remediá-lo" (2). "E no entanto se move". Nenhuma demonstração contrária poderia manchar o efeito dessas palavras ainda que se provasse que nunca foram ditas. A Comuna de Paris e o assalto ao Palácio de Inverno, Danton ante a guilhotina e Trotsky no México: a imaginação popular participou mais do que qualquer ciência na elaboração dessas imagens. No final das contas, a Grande Marcha chinesa é para nós o que se conta sobre a Grande Marcha. A história é uma invenção, e a realidade aplica os elementos dessa invenção. Mas não é uma invenção arbitraria. O interesse que suscita se baseia nos interesses de quem conta; os que a escutam podem reconhecer e definir com maior precisão seus

próprios interesses e os de seus inimigos. Muito devemos à investigação científica que se tem por desinteressada; porém, esta continua sendo para nós um produto artificial, um Schlemihl (3). Somente o verdadeiro ser da história projeta uma sombra. E a projeta em forma de ficção coletiva.

Assim deve-se interpretar a novela de Durruti: não como uma biografia produto de uma recompilação de fatos, e menos ainda como reflexão científica. Seu campo narrativo sobrepassa à mera resenha biográfica de uma pessoa. Abarca também o ambiente e o contato com situações concretas, sem as quais este personagem seria impossível de se imaginar. Ele se define através de sua luta. Assim se manifesta sua "aura" social, da qual participam também, por outro lado, todas suas ações, declarações e intervenções. Todas as informações que possuímos sobre Durruti estão banhadas dessa luz peculiar; é impossível distinguir entre aquilo que pode ser atribuído estritamente a sua aura, e aquilo que seus comentaristas (inclusive seus inimigos) lhe atribuem em suas memórias. Em troca, o método narrativo é possível de ser precisado. Este método deriva da pessoa descrita e os problemas que coloca podem ser caracterizados do seguinte modo: trata-se de reconstruir a existência de um homem que morreu aos trinta e cinco anos, e cujos bens se reduziam a "roupa do corpo, duas pistolas, um binóculo e um óculos de sol". Este era todo seu inventário. As declarações que o defunto deixou escritas são muito escassas. Suas ações absorvem por completo sua vida. Erzam ações políticas, e em grande parte ilegais. Trata-se de

descobrir suas pegadas, as quais não são tão evidentes depois de uma geração. Essas pegadas têm sido obliteradas, anagadas, quase esquecidas. Não obstante são numerosas, quando não caóticas. Os fragmentos transmitidos por escrito estão enterrados em arquivos e bibliotecas. Mas existe também a tradição oral. Ainda vivem muitas das pessoas que o conheceram; o que falta é encontrá-las e entrevistá-las. O material que se pode reunir deste modo é de uma desconcertante diversidade: a forma e o tom, os gestos e a autoridade variam a cada instante. A novela como colagem incorpora reportagens e discursos, entrevistas e proclamas, compõe-se de cartas, relatos de viagens, anedotas, versos, polêmicas, notícias de jornal, autobiografias, cartazes e folhetos de propaganda. O caráter discordante das formas revela uma fenda que se prolonga através dos mesmos materiais. A reconstrução se assemelha a um quebra-cabeças, cujas peças não se encaixam sem costura. E é ali precisamente, nas fendas do quadro, onde devemos nos deter.

Talvez ali resida a verdade de que falam, sem sabê-lo, os relatores. O mais fácil seria fazer-se de desentendido e afirmar que cada frase deste livro é um documento. Mas seriam palavras ócas. Apenas observamos um pouco melhor, e se desfaz entre os dedos a autoridade que o "documento" parece possuir. Quem fala? Com que propósito? No interesse de quem? O que procura ocultar? De que nos quer convencer? Até que ponto sabe realmente do que está falando? Quantos anos se passaram entre o acontecido e o relato atual? O que o narrador esqueceu? Como sabe o que disse? Conta o que viu, ou o que pensa ter visto?

Conta o que alguém o contou?....

Estas perguntas nos levam longe, muito longe, já que suas respostas nos obrigarão, por cada testemunho, interrogar outros com: cada fase deste exame nos afastaria progressivamente da reconstrução e nos aproximaria da destruição da história. No final, teríamos liquidado com o que tínhamos ido buscar. Não, a questionabilidade das fontes é um problema de princípio, e suas diferenças não podem se resolver com uma crítica das fontes. Inclusive a "mentira" contém um elemento da verdade, e a verdade dos fatos incontestáveis - supondo-se que se possa encontrá-la - nada nos acrescentaria. As ambíguas opalescências da tradição oral, seu piscar coletivo, emana do movimento dialético da história. É a expressão estética de seus antagonismos.

Quem tem isto presente não cometerá muitos erros em sua tarefa de reconstrutor. Não será mais que o último (ou melhor, como já veremos, o penúltimo) em uma enorme série de relatores de algo que talvez tenha ocorrido de um modo, ou talvez de outro, de algo que no transcurso da narração se converteu em história.

O interesse que demonstra nesta busca não pretende ser completo. O narrador omitiu, traduziu, encurtou e montou. Involuntária ou premeditadamente introduziu sua própria ficção no conjunto das ficções, mas a sua tem razão somente enquanto tolera a razão das outras. O reconstrutor deve sua autoridade à ignorância. Ele não conheceu Durruti, não viveu em sua época, não sabe mais que os outros. Tampouco tem a última palavra, posto que a próxima pessoa que transformará sua

história, seja se a rechace ou aceite, a esqueça ou a recorde, a jogue para o alto ou a repita, essa seguinte nesseo, a última no momento, é o leitor. Também sua liberdade é limitada, pois o que encontra não é um mero "material", casualmente espalhado ante si, com absoluta objetividade, "jamais tocado por mãos humanas". Ao contrário. Tudo o que aqui está escrito passou por muitas mãos e denota os efeitos do uso. Em mais de uma ocasião esta novela foi escrita também por pessoas que não se mencionam no final do livro. O leitor é uma delas, a última que conta a história. "Nenhum escritor se propôs a escrevê-la".

Notas:

- (1) Narração profusamente ilustrada em cores, com textos curtos versificados, para a difusão de temas religiosos e políticos, que aparece na Europa no século XIII (espécie de história em quadrinhos medieval).
- (2) Supostas palavras de Lutero ao se negar a retratar-se ante a dieta de Worms, em 1521.
- (3) "Fritz Schlemihl, ou o homem que perdeu sua sombra", conto de Adalbert Chamisso.



coleção bases

A ORIGEM DO CAPITAL - A ACUMULAÇÃO PRIMITIVA - Karl Marx.
 PARA UMA CRÍTICA DE ECONOMIA POLÍTICA - Karl Marx/Paul Sweezy.
 100 TEXTOS DE HISTÓRIA ANTIGA - Jaime Pinsky.
 AS ORIGENS DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL - Eric Hobsbawn.
 ESQUERDISMO, DOENÇA INFANTIL DO COMUNISMO - Lenin.
 IMPERIALISMO E COMÉRCIO INTERNACIONAL (A troca desigual) - Christian Palloix/Samir Amin/Charles Bettelheim/Arghiri Emmanuel.

Pedidos pelo reembolso postal: Caixa Postal 45329
 Rua França Pinto, 836 - Fones: 549-3137 549-9640 544-2418
 Vila Mariana - SÃO PAULO

REFLEXÃO SOBRE COMUNIDADE E PARTIDO

ISMAEL - THOMPSON - PAULA

INTRODUÇÃO

Pretendemos neste trabalho refletir sobre algumas questões que se colocam hoje do ponto de vista dos movimentos sociais, entendidos como formas de luta não mais restritas àquelas de caráter clássico, do tipo operário x patrão, mas que abranjam outras bandeiras de luta: saúde, habitação, educação, transportes coletivos e os demais "bens de consumo" que o capitalismo como uma forma de progresso histórico impõe ao setor urbano.

Em se tratando de movimentos sociais, não podemos nos restringir apenas aos conflitos do setor urbano - a cidade. Contudo, no presente trabalho, nos limitaremos apenas à experiência de uma comunidade localizada na região do Centro Industrial de Vitória - CIVIT. Um bairro que é fruto dos conflitos sociais na agricultura, cujos problemas vão aparecer a nível do urbano. Ou seja, trata-se de uma comunidade de indivíduos expulsos do setor rural através da penetração do capitalismo no campo e da imposição de sua "racionalidade" sobre o setor agrícola, que acaba por liberar mão-de-obra para o setor urbano. Esse é um fenômeno que está ocorrendo maciçamente no Estado do Espírito Santo.

Na primeira parte, faremos um relato bastante simples sobre o problema e, na segunda, pretendemos uma reflexão sobre o mesmo.

-I-
assaremos então para o relato de uma experiência concreta, dada em um dos bairros da região chamada Planalto de Carapina, no Município da Serra. Trata-se do bairro Taquara, cuja população é praticamente, excluindo-se alguns antigos moradores, oriunda do setor rural.

Sua população total não podemos dar exatamente, mas podemos adiantar que em um abaixo-assinado, no qual tentou-se coletar todas as assinaturas de pessoas maiores de idade, obtivemos mais de 400 assinaturas. O bairro se encontra espremido entre os terrenos da indústria Atlantic Veneer do Brasil e da Companhia de Poste Cavan, tendo ao fundo parte da área destinada ao parque industrial - CIVIT - e, pela frente a Rodovia BR-101. A fundação do bairro se dá através do loteamento que o proprietário da área(1), desrespeitando as mínimas normas, coloca à venda.

Resumindo, o loteador toma um pedaço da área que possui e recorta como quer, dando o nome de loteamento. O restante da área fica aguardando valorização que, por ironia, os próprios moradores contribuirão com suas reivindicações diante do poder público: água encanada, luz elétrica, transportes coletivos, pavimentação, escola, esgoto, orelhões(telefone), etc.; enfim, os "bens de consumo" que valorizarão os terrenos em volta do loteamento. O problema maior, no entanto, não reside apenas nisso. Acontece que no Município da Serra e, de modo geral na Grande Vitória, o cidadão compra um lote e ainda ganha, de quebra, uma dúvida: seu lote já pode ter um, dois, três ou mais donos.

E, esse fenômeno da "multiplicação" não atinge apenas os pobres, mas também outras camadas mais abastadas, como é o caso dos turistas mineiros logrados nos loteamentos irregulares no balneário de Jacaraípe, que em 1978 contava com cinco loteamentos totalmente irregulares(2).

As áreas valorizadas em torno dos loteamentos são, às vezes, destinadas à construção de conjuntos habitacionais, Aí entra uma das maiores jogadas, atualmente empreendidas por elementos dos altos escalões da Administração Pública, ou seja, esses projetos além de render dividendos em forma de votos, rendem também em termos monetários. Basta para exemplificar essa afirmação, o caso da construção da COHAB no bairro Boa Vista: uma área de terra que em agosto de 1975 foi oferecida à COHAB por Cr\$.1.800.000,00 (ou seja, a Cr\$.8,00 o metro quadrado) teve total rejeição por parte do órgão. Em janeiro de 1976, a Vitoríawagem comprou a referida área (224 mil metros quadrados), vendendo-a apenas trinta dias após, em 23 de fevereiro de 1976, à COHAB, pela quantia de Cr\$.6.724.170,00(Cr\$.30,00 o metro quadrado)(3). Resumo: o presidente da COHAB (na época) e o governador do Estado foram, também, advogados da empresa Vitoríawagem.

- Para os moradores de Taquara a luta começou muito cedo, uma vez que o bairro não contava com nenhum daqueles "bens de consumo" citados acima. Luz elétrica só havia em oito residências antigas no começo do bairro, próximo à BR-101. Estes moradores costumavam "ceder" luz para seus vizinhos através de "gambiarras", a preços nada dignos no padrão de

honestidade: Cr\$.100,00 pela manutenção de uma lâmpada, por exemplo. Era um negócio para os "proprietários" de luz. Já a água, só através de poços, apesar do bairro se situar não muito distante a duas grandes lagoas. Ônibus só na Rodovia, de hora em hora (isso antes de 1977). Os bens restantes eram até "supérfluos" em relação às necessidades mais prementes. Este era o quadro do bairro antes dos moradores se organizarem em prol de seus direitos.

A luta no bairro, encabeçada por alguns moradores isolados, vinha se dando através da reivindicação da luz elétrica junto aos órgãos responsáveis já a alguns anos. E, foi nas reuniões da comunidade Eclesial de Base-CEB que surgiu a ideia de se criar uma organização que representasse os moradores, tais como "Centros Comunitários" (4) dos conjuntos habitacionais do Inocoopes e da COHAB, que em sua maioria estão sob controle dos moradores, atualmente.

Os moradores de Taquara, após receberem tantas evasivas em suas "peripetivas" ante os órgãos públicos, sentiram a necessidade de uma organização juridicamente representada. Foi nesse momento que nós entramos no trabalho em Taquara, em apoio aos membros da comunidade, juntamente com outros companheiros, encabeçados pelo padre que assistia àquela e às demais comunidades (nove ao todo) na região, inclusive a de Laranjeiras onde residimos. No início de 1979, no terreno da igreja Católica (onde ainda não há construção, apenas uma barraca) foi realizada a primeira Assembleia dos Moradores, da qual foi tirada uma Diretoria Provisória para dirigir a Associação dos Moradores durante um ano, prazo no qual deveria a

Diretoria convocar e marcar a data para a eleição da nova Diretoria. Após essa Assembleia, passou-se a usar o pequeno salão da Congregação Prebisteriana do bairro, como local de reunião da Diretoria e interessados, ficando o terreno da igreja Católica para Assembleias, dado que o espaço era mais propício.

A partir desse momento, os moradores passam a reivindicar não mais isoladamente, mas representados por uma entidade registrada e estatutária. Isso, por um lado torna mais fácil a organização dos moradores, e por outro lado, coloca agora a necessidade de se consolidar o trabalho da Diretoria e da Associação como um todo, haja visto que se corre o risco de na próxima eleição a Associação cair nas mãos de elementos ligados a políticos (vereadores e cabos eleitorais) vinculados ao poder local indiferentes às lutas populares. A primeira Diretoria, portanto, não isoladamente, tratou de consolidar sua posição. Lutou-se a princípio por duas reivindicações: luz elétrica e ônibus, que uma vez conseguidos trouxe para os líderes a confiança dos moradores, não, somente nos líderes, mas na força da luta em conjunto.

Essas duas conquistas foram até rápidas, porque o prefeito e seus testas-de-ferro(5) tentaram controlar o movimento no início, atendendo as reivindicações, de modo que elas passassem com doações da "boa vontade" do poder público.

O passo seguinte foi a luta pela água encanada e aumento do número de ônibus para o atendimento ao bairro. Simultaneamente, nas reuniões da Associação e da Comunidade (de base) procurava-se discutir com os moradores o significado da nossa luta e das conquistas

efetivadas (aqui entra um dado importante que retomaremos na próxima parte: o espaço de liberdade, aberto com a existência da comunidade, no qual o povo pode desenvolver iniciativas que a atual sociedade não permite).

O aumento do número de ônibus é mais difícil porque trata-se de monopólio exclusivo de uma única empresa: a Serrana, pertencente a um grupo de amigos do prefeito. Mesmo concedida, esta reivindicação logo é tirada ao povo. Aí começa tudo outra vez.

Já a água encanada o povo conquistou após duras "peripetivas" aos órgãos responsáveis, inclusive porque a Diretoria teve que lutar pelo concedimento da CESAN em colocar a água sem que os moradores construíssem as instalações obrigatórias - caixa d'água e encanamentos. Isso se deu porque a maioria dos moradores não tinha condições de construir ou comprar canos que pudessem utilizar a água mesmo no quintal da casa. Dessa conquista aconteceu um episódio digno de registro: o povo não permitiu que o prefeito e uns vereadores subissem ao caminhão improvisado de palanque no terreno da igreja Católica, por ocasião da inauguração da rede d'água, comemorada em Assembleia.

No final do ano de 1979, em novembro, a Diretoria Provisória fez realizar a eleição anteriormente convocada para a renovação da Diretoria, como não houve divisões, foi composta uma chapa única, na qual permaneceram seis dos antigos membros da Diretoria anterior. A eleição realizada no templo da Congregação Prebisteriana, numa tarde de domingo, acusou um total de 100% de votos para a chapa, ou

seja, todos votos "sim". O que comprova a coesão do movimento em Taquara.

No final do ano, alguns membros da Associação começaram a demonstrar interesse pelos Partidos Políticos, principalmente pelo Partido dos Trabalhadores. Na posse da nova Diretoria, a questão do engajamento no PT foi colocada, e, no ensejo um representante do Sindicato dos Operários da Construção Civil colocou a proposta, que foi recebida já que a Associação de Moradores de Taquara conta com muitos operários da construção civil - inclusive o presidente da Associação, eleito para a gestão de 1980-1981. E, por volta da greve da construção civil em 1979 na Grande Vitória, os operários residentes em Taquara tiveram participação importante no movimento. Principalmente, na marcha realizada pelos operários, de Vitória até Vila Velha, como protesto contra os patrões, na qual Taquara foi a comunidade que se fez representar com o maior número de participantes.

No princípio de 1980, nos separamos do trabalho, haja visto nossa mudança para São Paulo. E, com isso, não podemos dar maiores informações detalhadas sobre o movimento popular em Taquara e no restante da região. No entanto, sabemos que a luta no momento se trava em prol da organização de um "conselho popular", que na prática já vinha se dando desde os fins de 1979. Trata-se de uma forma de organização que não leve mais as reivindicações de uma comunidade em separado, mas de todas, inclusive, daquelas que não têm formas de organização elaboradas juridicamente; ao mesmo tempo, esse expediente empresta força para as Associações mais fracas.

Em finais de 1979, participamos de uma reunião que congregou nove Associações de Moradores do Planalto de Carapina, mais os representantes de comunidades sem Associações registradas.

No presente momento, um novo problema está colocado no cerne dessa questão: as divergências entre posições partidárias, mesmo em se tratando de posições junto a uma única agremiação partidária. Por exemplo, o Partido dos Trabalhadores no Espírito Santo convive com muitos grupos divergentes em seu interior, o que resulta num PT de vários PTs: o PT dos estudantes; o PT do MEP-Movimento de Emancipação do Proletariado; o PT da tendência Liberdade e Luta, e etc.. Estas divergências intra e extra partidárias podem não chegar a prejudicar o trabalho no interior de uma comunidade, mas em se tratando de um conjunto das comunidades, a coisa se torna bem mais séria. Felizmente, para o movimento popular, a posição da igreja local não tem oscilado e nem tampouco os padres foram transferidos das comunidades em que trabalham.

-II-

Nesta presente etapa, pretendemos refletir sobre dois tópicos que a nosso ver são fundamentais para os movimentos sociais.

O primeiro desses itens é a idéia da comunidade. (6) Em princípio é necessário precisar melhor esse termo, pois o mesmo pode ter várias interpretações. Vamos entender por comunidade um espaço de liberdade, um espaço criador, no qual dependendo das condições objetivas, abrir-se-á possibilidades para o desenvolvimento de iniciativas

que a atual sociedade não permite. Um espaço que permitirá ao homem em sua relação com outros homens, aos poucos, ir readquirindo sua condição humana adormecida.

Isso na medida que este espaço lhe permite a emergência de suas capacidades e potencialidades dormentes, isto é, características que o homem deixou de exercitar - por lhe serem expropriadas no seu cotidiano fetichizado - no plano das relações sociais. Quando se abre um espaço onde se desenvolve novas relações inter-humanas, coloca-se, no limite, a possibilidade de crítica revolucionária e, também, de autocrítica, daquilo que vinha sendo dado como acabado, como realidade (7). Inclusive, de pensar sobre sua atividade no cotidiano, ditada pela lógica do modo capitalista de produção. Lógica esta que, sendo inerente ao sistema capitalista e decorrente da divisão social do trabalho, tem como equivalente a divisão da própria pessoa humana. Sobre essa questão, abordada por Marx e Engels em "A Ideologia Alemã" (8), os autores dizem: "...A divisão do trabalho nos oferece, desde logo, o primeiro exemplo do seguinte fato: desde que os homens se encontram numa sociedade natural e também desde que há cisão entre o interesse particular e o interesse comum, desde que, por conseguinte, a atividade está dividida não voluntariamente mas de modo natural, a própria ação do homem converte-se num poder estranho e a ele oposto, que o subjuga ao invés de ser por ele dominado" (grifos nossos). Isso ocorre de uma maneira que parece imobilizar o sujeito (individual ou coletivo), a tal ponto que, sendo ele o criador e transformador, não se concebe a si mesmo como tal. Uma

autora marxista, Agnes Heller diz: "O homem... nas condições da manipulação social e da alienação...vai(se) fragmentando cada vez mais" em seus papéis" (sic) (9).

A opressão é um dado que não se limita ao Estado e aparelhos coercitivos ou repressivos, ela está, também, nas normas e condutas desse cotidiano fetichizado.

Está, por exemplo, na aceitação e na passividade. Paulo Freire, em "Pedagogia do Oprimido", chama a atenção para esse fato: de que o oprimido internaliza a opressão.

No entanto, não pretendemos uma visão idealizada e nem tampouco pressupor uma correlação mecânica acerca de que vimos falando. Segundo Marx, "...Se os homens apreendessem imediatamente as conexões, para que serviria a ciência?" (10).

Vimos refletindo sobre a comunidade como um espaço "novo". E, no que concerne aos movimentos sociais que tratamos especificamente na área industrial do Planalto de Carapina, essa idéia torna-se fundamental para a compreensão daqueles movimentos. De princípio, temos que reconhecer o apoio de uma instituição no início do movimento: a Igreja. Tratando dos movimentos populares, Frei Beto diz que: "Na medida em que buscavam novos condutos de organização e pressão social, as classes populares encontravam na Igreja comprometida com a pastoral popular (11) um espaço privilegiado de rearticulação de suas forças". Contudo, não se trata da Igreja enquanto instituição oficial hierarquizada, mas de setores comprometidos.

Na localidade a que nos referimos é inegável a participação das CEBs como fator organizador no início desses

movimentos. Não estamos, de forma alguma confundindo comunidade- no sentido colocado anteriormente- com Comunidades Eclesiais de Base

Ressaltamos um ponto que consideramos fundamental no trabalho das CEBs: a contribuição que esses setores comprometidos com a luta popular dão para a dessacralização do sagrado (12). Isso implica em admitirmos, de certa forma, uma desmitificação da autoridade, uma visão mais racional do mundo através de uma concepção relativamente secularizada. Retomando a idéia, queremos dizer que numa comunidade como a estudada nesse texto, um fator tal qual a ausência de um templo, que em consequência resulta na falta de outro símbolo sagrado- o altar- já descarta, ou simplifica, o caráter sacro do ritual. Com isso queremos chamar a atenção para o fato que, "as experiências místicas, orgiásticas e extáticas - segundo Water- são estados extraordinariamente psíquicos; afastam-se da vida cotidiana e de toda conduta prática" (13)

Quanto mais se aproximar do sagrado, mais distanciamento haverá entre leigos e a "comunidade dos virtuosos". Portanto, a dessacralização do sagrado coloca a autoridade (o padre) numa nova postura dentro da comunidade, ou seja, numa relação homem-homem com os demais; simultaneamente, já uma nova valorização do laicato. Em outros termos os homens começam a tomar iniciativa sobre algo que era monopólio da autoridade eclesiástica. (Há que se fazer uma advertência: esse fato não deve ser extrapolado para as demais comunidades, a priori).

No entanto, onde esse espaço e postura são efetivados há um novo sentido na comunhão entre os membros. Inclusive suscitando o que há de revolucionário nos

Evangelhos e, também, nas Escrituras como um todo (não me esqueço de uma passagem no Evangelho de São João: "E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará"). Esse expediente cria a possibilidade da relação entre "os fatos da vida e os fatos da Bíblia, reduzindo a dicotomia fé e vida, religião e política, Igreja e mundo" (Frei Beto, p.143)

Esse espaço criador que vimos fazendo referências abre, ainda, condições para o desenvolvimento de formas de associativismo. Por exemplo, uma das formas que presenciámos na Comunidade foi o mutirão, empregado nos momentos do levante de um barraco de madeira, ou, de furar um poço, fossa sanitária, etc.. São relações que fogem à lógica da sociedade em que vivemos.

A comunidade entre os moradores passa a incorporar os contatos pessoais, o "bate-papo" na espera do ônibus, no "boteco", nos encontros de várias Comunidades (14), onde se discute as experiências, dando-se uma troca de tais experiências. Ao mesmo tempo, uma e outra Comunidade passam a conhecer os problemas comuns.

Nessa vivência comunitária, não obstante o fato de ainda não haver uma consciência - no sentido clássico do conceito - da exploração, a comunidade começa a perceber as mentiras e o engodo por parte dos Administradores (Prefeito, vereadores, etc.). Queremos dizer com isso o seguinte: numa Comunidade como essa que trabalhamos, desprovida de todos os "bens de consumo" que caracterizam o urbano, de repente os moradores vêem um loteamento "Classe A" ser lançado à venda já pavimentado, com água e luz elétrica, etc., antes que exista uma única residência. Daí, esse

fato que se constitui num acinte aos "humildes moradores", é também uma forma deles "sacarem" as mentiras das autoridades "competentes".

Até esse ponto da questão, admitimos que há uma mudança nas relações na Comunidade. As lutas e problemas não ficam mais no isolamento, não são mais apenas da "nossa comunidade", mas de outras. Não obstante, isso não leva necessariamente a uma luta conjunta, e nem automaticamente extrapola essa luta para as esferas do poder (Estado).

O segundo item que pretendemos refletir diz respeito à luta política, entendida como uma mudança de qualidade dos Movimentos Sociais, que possibilite a articulação de formas mais amplas de lutas (15).

A literatura política corrente tem chamado atenção para o fato dos Movimentos Sociais assumirem uma posição "basista". Há autores que vão mais fundo nessas considerações, como é o caso do peemedebista Fernando Henrique Cardoso (16) que vê os movimentos dando "as contas para o Estado". O autor acaba por classificar as importantes contribuições dadas ao "trabalho de base", por setores comprometidos da Igreja, como "novo populismo". Além disso, ele "não faz exceções: transforma em tendência geral o que observa, aqui ou ali, no particular. E, por isso, acaba atribuindo a todos os movimentos ditos de "base" o defeito de não verem o Estado como um objetivo estratégico seu e, corolário do anterior, de desconfiarem dos partidos" (17).

Em princípio, esse tema quando referido às classes populares, em particular às camadas da periferia, requer uma precisão: a distinção entre política e politicagem. Daí, é preciso atentar para o fato de que a

consciência popular tem uma versão estereotipada da política. Esse fato "justifica" uma certa aversão que esses setores demonstram ante o enfrentamento dessa questão.

A desconfiança que o povo manifesta, hoje, diante das instituições políticas se explica em parte pelo esvaziamento que tais instituições sofreram nas últimas décadas em nosso meio. E aí, torna-se cabível a seguinte interrogação: se os Partidos Políticos nas últimas décadas não representaram a vontade popular, se o sistema partidário calcado no bi-partidarismo arranjado "de cima para baixo" não estava em sintonia com essa vontade, porque, então, essas camadas iriam confiar nas "lideranças" agora? "Lideranças" que muitas vezes foram erigidas pelo povo e logo o abandonou.

As declarações (18) de membros de Movimentos Sociais, no Tuquinha, em 04/06/81, demonstram um certo orgulho daqueles que começam a defender seus interesses: "o partido é o povo quem faz, mas depois de eleito ele (o partido) se esquece do povo" (mulher, da Assembléia do Povo-Campinas); "Nós não sabemos falar, mas sabemos o que está acontecendo" (idem); "Campinas vai ser um estejo dentro do Brasil" (homem, da A. do Povo-Campinas); "... nesse trabalho da gente são o povo resolve. Político aparece, mas quando a coisa aperta logo se manda... depois quando a gente se encontra com eles, eles dizem que estão participando espiritualmente" (mulher, do trabalho de bairro- Osasco).

Essas declarações, não obstante ao fato de demonstrar o orgulho daqueles que se organizam na luta pelos seus direitos, são perigosas e

podem retardar a possibilidade de organização mais complexos que representem as camadas populares. Em outras palavras, desligar esse movimento vigoroso de formas de luta mais amplas que possam levantar bandeiras do interesse de outras camadas circunscritas às classes subalternas. E, assim, impedindo um maior raio de ação por parte dos movimentos Sociais.

Isso é tanto perigoso, num momento que as "elites" tentam controlar o movimento por cima, criando "novos" programas assistencialistas (19) ("novo Mobral", "Centro Social Urbano" e outros projetos "comunitários").

Outra observação que fazemos é a seguinte: os partidos estavam separados desse Movimento Social, mas há sempre a presença de um parlamentar comprometido com os interesses populares. A nosso modo de ver, parece que a desconfiança é colocada na Instituição e não na política. E, por Instituição é preciso frisar que se trata dos partidos tradicionais do nosso caso concreto.

Concluindo, colocamos a necessidade de se romper com os limites impostos à democracia pelo capitalismo. Portanto, a democracia é algo pelo qual se justifica a luta do Movimento Social como um todo. A nosso modo de ver, uma certa tendência que concebe a luta pela democracia - no plano da sociedade capitalista enquanto tal - como uma bandeira reformista, o faz por confundir democracia com liberalismo, este sim é a "ideologia" que define capitalismo.

O segundo tópico que queremos considerar se refere à questão do Partido político (20) como organizador das "massas".

É uma questão bastante discutida atualmente em todos os debates sobre os movimentos

sociais. Ou seja, debate-se muito sobre os rumos que tomarão esses movimentos que o povo de forma espontânea ou não, tem levantado nos últimos anos. Há autores que classificam esses movimentos de "basistas" (Fernando Henrique Cardoso); outros falam de "neo-anarquismo" e "anarquismo revestido de batina" (Carlos Estevan Martins). (21) Trata-se de visões que se fundam em interpretações, as quais seguem orientações teóricas distintas e, conjugadas dentro da oposição ao regime brasileiro.

Uma organização que se inicie de "baixo para cima", é algo que não temos ainda, não obstante esta ideia ser veiculada em tantos discursos. Parece que tal forma de organização que finalmente surgiria a partir das comunidades é algo que não encontramos em todas as experiências vividas até nossos dias. Isso porque, mesmo nos países do "socialismo existente" o partido não segue a orientação acima referida, mas ao contrário, tem se tornado um instrumento para acomodação da força popular e, em mãos de uma certa minoria que se coloca como "proprietária" da Revolução. A nosso modo de ver o impasse que países chamados socialistas enfrentam atualmente, é uma consequência de toda uma virulência e de toda uma prática anti-democrática exercida pelos partidos e sua burocracia. No caso português, é até possível que o movimento popular que eclodiu no seio daquela sociedade, venha finalmente a colocar as coisas nos seus devidos lugares.

Voltando ao caso brasileiro, experiências tais como a de Lajes em Santa Catarina e a de Boa Esperança no Espírito Santo, demonstram o trabalho construtivo que pode ser desenvolvido quando administradores e grupos populares, se unem para tratar

das questões pertinentes ao Município. É o momento em que tomadas de decisão começam se dar a partir da vontade da comunidade e, não como imposição de uma burocracia oficial.

O prefeito de Boa Esperança, Sr. Amaro Covre, em palestra no dia 25.06.81, no Teatro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, disse que se um prefeito implementasse sua política municipal ouvindo a comunidade, o governador por sua vez o fizesse ouvindo o município e, o governo central ouvindo aos Estados, ocorreria justamente o que se chama de tomada de decisões de "baixo para cima". Pois, todas as decisões seriam tomadas de acordo com a vontade do povo e não de seus "representantes" no poder.

Concluindo esta breve reflexão, não temos uma resposta e nem certezas acerca do que vimos comentando. O que temos são dúvidas acerca das formas de luta mais propícias para o movimento popular. Isto é, se seria o partido político realmente um instrumento tão necessário como afirmam os clássicos. Não seria possível desenvolver outras formas de luta que não se prendessem às experiências históricas passadas? Novas formas que possibilitem a auto-construção do sujeito coletivo?

Consideramos que no âmbito do movimento popular, no Brasil, um grande passo que pode ser dado, e que já está sendo dado em casos isolados, é o de levar os indivíduos a tomarem decisões sobre si próprios e não esperarem que tais sejam tomadas pelos seus "representantes". A nosso modo de ver, as experiências dos Conselhos populares, tanto em São Paulo quanto em outras unidades da Federação, apontam para essa direção: o povo decidindo e obrigando os

administradores a executar as políticas de que são incumbidos pelo dever.

Finalizando, ainda temos que reconhecer que as considerações que acabamos de fazer estão muito aquém da liberação total do homem.

(1) O proprietário da área era muito amigo do ex-prefeito da Serra, na época, Aldari Nunes-ARENA. O que explica as condições absurdas e a aprovação de um loteamento totalmente irregular: a inexistência de áreas para praça, igrejas, ruas que possibilitem maior movimentação, etc..

(2) "Loteamentos: o milagre da multiplicação", Jornal "Posição", 22/03/78.

(3) "COHAB: uma CPI em suaves prestações", Jornal "Posição", 12/11/76.

(4) No caso do Inocoopes, o bairro já recebe as instalações prontas. No Parque Residencial Laranjeiras, 2km de Taquara, com 1.865 residências, o que significa um número aproximado de 10 mil moradores, o "Centro Comunitário" foi entregue com amplas instalações que permitem o acesso de 600 pessoas em seu interior. O bairro tem sido uma trincheira contra o poder local, representado pelas famílias Castelo Miguel e Feu Rosa. Duas famílias que através de casamentos se fundiram e mantêm total domínio sobre a administração pública. Dominam a Prefeitura, Cartórios, Hospital, Colégios, Ambulatórios e outros órgãos do município. Os Feu Rosa

tem na família, atualmente, o Prefeito, vereadores e um Deputado Federal (todos do PDS). No Planalto de Carapina não há nenhuma Associação de Moradores que não tenha uma história de enfrentamento contra essas famílias - agora unidas.

(5) Os políticos da Serra acostumados a administrar o Município como um "feudo" já começam a temer o crescimento do movimento popular. Principalmente com a introdução dos conjuntos habitacionais cuja população tende a descarregar seus votos na oposição. O município é famoso no anedotário capixaba por ter o número de eleitores mais alto do que o número de habitantes - em 1975, foram registrados 22.145 eleitores para uma população calculada em junho de 1975 em 21.187, sendo que o Censo escolar de 1977 apontou uma taxa de 39% de analfabetismo (Cf. Jornal "Posição", 28/07/79, "Os métodos sujos dos Feu Rosa"). O Prefeito José M.F. Rosa chegou a gastar Cr\$.250 mil numa campanha para eleição de sua chapa no Centro Comunitário de Carapina, que venceu e foi derrubada pelo povo. O prefeito é também um ardoroso defensor da separação política e religião. ("Posição", 28/07/79).

(6) Discussão que se encontra no fragmento dos textos do presente curso de Metodologia: "La Construcción de Nuevas Conductas"- pp. 44-49.

(7) Ver Karel KOSIK, Dialética do Concreto, 1976, cap.19.

(8) Do texto condensado de A Ideologia Alemã (Feuerbach), pg. 47.

(9) Agnes HELLER, O Cotidiano e a História, 1972, p.22.

(10) MARX e ENGELS, carta de 27/06/1867, in Karel KOSIK.

(11) Frei BETO, Prática Pastoral e Prática Política, 1980 p.143.

(12) A expressão, tomamos do relato da experiência em São José do Rio Preto, apresentada pelo Companheiro Gavino, em aula no Curso de Metodologia-19 Semestre de 1981.

(13) Max WEBER, Ensaio de Sociologia, 1974, p.333.

(14) No caso, nos referimos aos encontros das Comunidades Eclesiais de Base- CEBs.

(15) Nos apoiaremos em anotações do Curso "Urbanização, Classes Populares e Participação: Poder Local e Democracia"-URPALN/PUC- Tuquinha, 1981.

HISTÓRIA POPULAR

HISTÓRIA POPULAR

HISTÓRIA POPULAR

HISTÓRIA POPULAR

HISTÓRIA POPULAR ENFOCA TEMAS FUNDAMENTAIS PARA RECUPERAR A IDENTIDADE DO POVO: TEMAS COMO INDEPENDÊNCIA, ESCRAVIDÃO - QUE CONSTAM MESMO NOS PROGRAMAS OFICIAIS DE ENSINO - SÃO REDIGIDOS COMO MATERIAL DIDÁTICO PARA O SEGUNDO GRAU, INICIAÇÃO AO ASSUNTO NA UNIVERSIDADE E CONHECIMENTO DO PRESENTE ATRAVÉS DO PASSADO PARA TODOS.

HISTÓRIA POPULAR

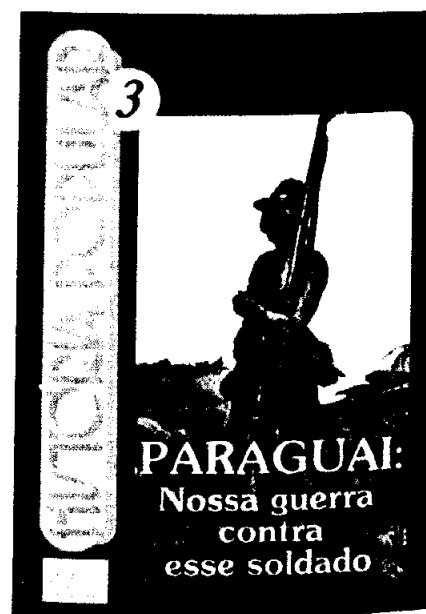
HISTÓRIA POPULAR

HISTÓRIA POPULAR

HISTÓRIA POPULAR



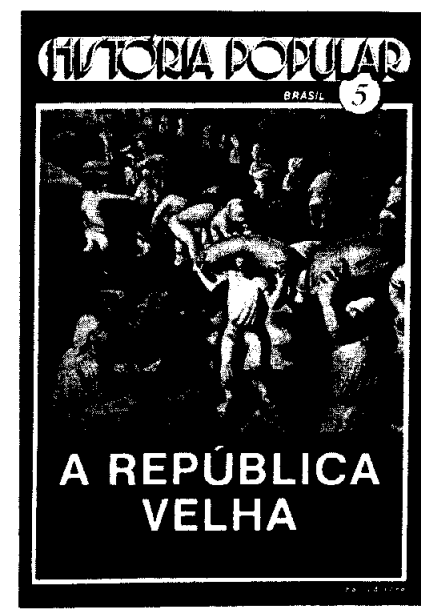
Canudos não é absolutamente uma rebelião de fanáticos, mas sim, uma corajosa, consciente e organizada luta pela terra, para nela se realizar um tipo de sociedade nova com inspiração no Socialismo Utópico de Thomas More. E Antônio Conselheiro não é um fanático ou uma mistura de místico e fanático, mas, surge na História do Brasil como um autêntico fruto de suas contradições e se transforma em líder de uma gente pobre e espoliada, que ansiava viver pacificamente numa sociedade mais humana, de forma mais feliz.



Um tema que sempre andou meio escondido foi a guerra contra o Paraguai. Sem dúvida um marco importante na formação histórica brasileira: o Exército construiu-se nela, a própria República nasce dela. Conhecíamos textos que expunham muitos extremos: das glórias brasileiras nos campos de batalha a um Paraguai "superdesenvolvido" em pleno século XIX. Mas seriam só estes os ângulos dessa guerra? Será que não haveria mais alguns dados perdidos?



Este é um livro claro e direto que trata a questão da escravidão no Brasil sem sutilezas ou meias palavras, escrito por um estudioso do assunto o Prof. Jaime Pinsky. Sua preocupação é revelar ao grande público toda a dimensão que adquiriu em nosso país a submissão forçada de um ser humano por outro e, ao mesmo tempo, chamar a atenção para uma série de mitos que envolvem a matéria. Temas como a vida do negro na África, sua captura, a viagem, o tráfico interno, a vida cotidiana do escravo, o trabalho, o lazer, vida sexual e familiar, os castigos, as fugas e a luta pela liberdade sucedem-se neste livro.



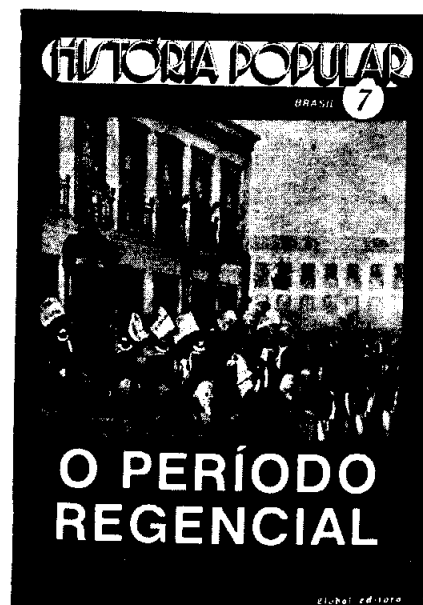
A República Velha é apresentada aqui como um golpe mão dos cafeicultores paulistas para manter o país dentro de seus interesses. A entrada das novidades do século XX (imigrantes, tecnologia, vida urbana...) formou um pano de fundo que minou sua estrutura e fermentou a explosão revolucionária de 1930.

HISTÓRIA POPULAR

HISTÓRIA POPULAR



Poucos movimentos de nossa história tiveram um conteúdo tão genuinamente popular como a Revolta dos Marinheiros de 1910, também conhecida como a Revolta da Chibata. O autor mostra a luta da marujada — em grande parte constituída de negros — contra castigos indignos e preconceitos raciais. É autêntica História Popular este momento de luta do nosso povo.



Dentro da História do Brasil, a Regência foi uma época carregada de acontecimentos, oferecendo sérias dificuldades para seu esclarecimento. Poucos pesquisadores preocuparam-se pelo assunto e os livros didáticos geralmente não se detém no período. Este livro cobre justamente estas lacunas, relatando em forma clara a participação popular nos atos do período Regencial.

(Principalmente nas exposições de 02/04/81 (Vicente y Pla-Trevas) ; 30/04/81 (Luiz Eduardo W. Wanderley) e, de 04/06/81 (Experiência da Região Metropolitana de São Paulo e de Campinas).

(16) Ver F.H.CARDOSO, Regime Político e Mudança Social, in Revista de Cultura e Política, nº3.

(17) Idem (Comentários de José Alvaro MOISES), p. 41-42.

(18) As declarações citadas foram por nós anotadas durante a exposição, e, portanto, não corresponde na íntegra, ao que foi falado.

(19) Essa atitude por parte das "élites" dominantes aponta para o que Henri LEFEBVRE denominou de "raptó ideológico". (Ver José de Souza MARTINS, Sobre o Modo Capitalista de Pensar, 1980, p.59.

(20) Discussão que se encontra no fragmento dos textos preparado para o curso: "La Autoconstrucion Del SUJETO POLITICO" -pp.35-43.

(21) Ver Revista de Cultura Política, nº 3, Paz e Terra, janeiro 1981.

BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, F. H. - "Regime Político e Mudança Social", in Rev. de Cultura e Política, RJ. CEDEC/Paz e Terra, nº 3, 1981.

FREI BETO - "Prática Pastoral e Prática Política", in Rev. Civilização Brasileira, nº 21, março-1980.

HELLER, AGNES - O Cotidiano e a História, RJ, Paz e Terra, 1972.

KOSIK, KAREL - Dialética do Concreto, RJ, Paz e Terra, 2a. ed., 1976.

MARTINS, J. de SOUZA - Sobre o Modo Capitalista de Pensar, SP, Hucitec, 2a. ed., 1980.

MARX, K. e ENGELS, F. - A Ideologia Alemã (Feuerbach), SP, Grijalbo, 1977.

WEBER, MAX - Ensaio de Sociologia, RJ, Zahar, 1974.

JORNAIS

Jornal Posição (arquivo) - Semanário que circulava na capital do Estado do Espírito Santo.

DOIS TRABALHOS SOBRE AMÉRICA COLONIAL LUSO- ESPANHOLA

**A ESTRADA
SOROCABA-SACRAMENTO
NA APROPRIAÇÃO DE
TERRAS E GADO NO
BRASIL MERIDIONAL
(1680-1750)**

ENRIQUE PEREGALLI

NO esquema da comercialização do gado entre o centro-sul do Brasil, Sorocaba - no planalto paulista - e Sacramento - no Rio da Prata - viram-se nos limites de um arcabouço de estradas que se estendiam desde os campos da Banda Oriental do Rio Uruguai até os campos de Piratininga.

Sabe-se que a maioria do gado e dos equinos negociados no planalto paulista foram caçados além da Lagoa Mirim - limite meridional das possessões portuguesas - criados no Continente de São Pedro e transportados para Sorocaba ao longo da Estrada do Sul.

O estudo da organização desta rede viária entre a fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento em 1680 e o Tratado de Madrid em 1750 é imprescindível para entendermos a ocupação luso-espanhola destas áreas.

Como dizíamos, Sorocaba e Sacramento formaram o último eslabão de uma corrente que se estendia através do Brasil Meridional. Construída, destruída e reedificada sucessivamente, Sacramento significou uma ameaça ao sistema comercial monopolista espanhol. Localizada sobre a margem oriental do rio Uruguai, bem nas portas de Buenos Aires, fornecia às populações platinas mercadorias que incluíam negros escravos, em troca da prata de Potosí.

Nesta posse lusitana conjugaram-se interesses metropolitanos e coloniais: enquanto as milícias privadas corriam atrás da riqueza pecuária que começaria a adquirir importância econômica justamente após a fundação de Sacramento, a coroa defendia seu porto com vistas à manutenção do comércio com Buenos Aires.

Portugal centrava nesta fase seus esforços militares na área da circulação, isto é, preocupava-se em assegurar as condições de escoamento dos produtos coloniais, limitando-se a prestar ajuda aos colonizadores que imbuídos de deveres militares cabiam-lhes a tarefa de defender e assegurar a posse da terra. (1)

Manoel Lobo, o fundador de Sacramento que por aquela época governava o Rio de Janeiro, trouxe na sua bagagem, durante sua passagem por Santos rumo ao rio da Prata, cartas de "punho de El-Rei" solicitando aos senhores paulistas ajuda para dito empreendimento. (2)

Desde então a "herança bandeirante" seria desviada para o sul, dedicando-se ao próspero negócio de abastecimento às populações integradas na economia de exportação.

São Paulo carecia de um produto de exportação que a sugestasse aos interesses comerciais metropolitanos. Mais que uma cidade, formava um conglomerado de vilas construídas de acordo com os caprichos da natureza. Cidade eminentemente agrícola, também tinha necessidade dos produtos da terra das regiões circunvizinhas, obrigando a organizarem suas economias em função do mercado da capital. (3)

Deveremos esperar o começo do século XIX para que a grande lavoura comece a ocupar em São Paulo um espaço crescente na vida econômica da região que pouco antes se dedicara ao pastoreio, além das simples culturas de subsistência. (4)

Em fins do século XVII, quando edificaram-se as primeiras pontes de Sorocaba, começou a ser aberto o caminho

para Curitiba. Além deste ponto, as escuras ladeiras verticais ofuscadas pelo vapor dos vales que o ar frio condensa a mil metros, breiou até 1730, as ligações terrestres entre Curitiba e Laguna.

Na extremidade sul da linha de Tordesilhas, o porto da Laguna foi o ponto de desembarque das tropas que se dirigiam à fronteira, provenientes fundamentalmente de Santos, e o ponto de embarque de gado, couro, sebo e muare que encaminhavam-se ao Brasil central.

Além deste ponto, as perigosas costas oceânicas não incentivavam o viajante a prosseguir seu caminho marítimo. Quando o oceano permitiu uma enseada mais ou menos segura na entrada da Lagoa dos Patos, seria fundada em 1737 o porto de Rio Grande que guardaria a área situada entre o Atlântico, a Lagoa Mirim e a dos Patos.

Após o estabelecimento português no Prata, a Companhia de Jesus começaria a ocupar em 1687 a região dos 7 Povos das Missões Orientais, compreendida entre o rio Negro e o Uruguai até os primeiros contrafortes das serras que acompanham a orla marítima.

Os lusitanos necessitavam urgentemente romper o isolamento de Sacramento. A baía de Montevidéu, o melhor porto natural do estuário seria ocupada em 1726 pelos espanhóis para despejar uma partida de lusitanos que haviam começado a construir as primeiras edificações de um futuro aldeamento.

Além destes pontos urbanos uma imensa terra de ninguém separava espanhóis e portugueses: nada de propriedade privada, nada de arame farpado. A maioria dos núcleos luso-espanhóis na região

fronteira terão suas origens em postos militares instalados após o Tratado de Madrid.

As distâncias começariam lentamente a encurtar-se quando na mesma época da fundação de Montevideu grupos de açorianos lançaram as pedras fundamentais de Viamão e Porto dos Casais na Lagoa dos Patos. Açorianos esses que Cebalhos trasladará curiosamente em 1763 para território espanhol - após a incursão militar até o Rio Grande onde estabeleceram as bases da cidade de São Carlos. (5)

Recuos e avanços se sucediam de ambos os lados. Doze rotas prioritárias foram levantadas por Mário Harconde Albuquerque na penetração portuguesa no Brasil Meridional: (6)

Todas estas rotas, que não passavam de trilhas através das quais homens e cavalos transpunham as serras em caravanas, eram inadequadas para a passagem de tropas de gado e equinos. Milhões de cabeças pastavam livremente na região sul. De onde provinha esta riqueza pecuária?

Os jesuítas afirmam que membros de sua companhia contrabandearam os primeiros animais de São Vicente para Assunção - o governo paulista mantinha a proibição de levar gado para o interior.

Se fosse aceita esta argumentação, as cabeças introduzidas por mandato do governador paraguaio Hernando Arias de Saavedra (1611 na ilha do Vizcaíno e em 1617 frente às ilhas de São Gabriel na futura região de Sacramento) seriam descendentes das "vacas jesuíticas". Este argumento legal dariam-lhes condições de reclamar como de sua propriedade o gado da Banda Oriental.

Com a sistemática destruição levada adiante pelas bandeiras paulistas que tinham como destino final o apresamento do Índio missionário, o gadó segundo Coni fora introduzido no Alto Uruguai por volta de 1635, (7) terminaria espalhando-se pelas campinas rio-grandenses.

Nossa historiografia deteve-se longamente na pesquisa sobre a origem do gado, de seus focos de irradiação; historiadores tentaram descobrir o "atestado de nacionalidade" dos primeiros bois e das primeiras

vacas. Ora, o fundamental não é discutir se os animais rio-grandenses vieram das missões, ou se o gado Oriental foi descendente do gado paulista.

O importante é elucidar as condições que permitiram que uma dúzia de cabeças transportadas da Europa para a América se transformaram em milhares, e depois em milhões. Podemos afirmar que não existia nenhum impedimento geográfico que evitasse o andar dos animais, nem cidades, nem estâncias. Não existiram tribos numerosas

DOZE ROTAS PRIORITARIAS DO BRASIL MERIDIONAL

N.º CAMINHOS	PRINCIPAIS ITINERANTES	RAMIFICAÇÕES OU VIAS DE ACESSO
1. Peabiru	Aldao Garcia - 1526	Campos de Piratininga, Ribeira, Campos Gerais, Tibagi, Ivaí, Piquiri, Guaira, Peru.
2. Cubatão a S. Vicente e Santos	Martim Afonso e Jesuítas - 1532	Litoral, Serra do Mar, Campos de Piratininga.
3. Cubatão da Santa Catarina	D. Alvaro Cabeza de Vaca - 1541	Baía de Babitonga, Lagoa de Saguçu, Geruva, Campos de Curitiba, Iguaçu, Peabiru.
4. Cubatão do Paraná	Habitantes de Paranaguá na busca do ouro - 1580	Porto de Cima, Serra do Mar, Arraial Grande (São José dos Pinhais) Campos de Curitiba.
5. Tietê	Bandeirantes depois de 1.600	Parapanema, Pastore.
6. Campo dos Biturunas - rio Uruguai	Bandeirantes depois de 1.600	Peabiru, rio Iguaçu, Campo dos Biturunas, Xapacó, rio Uruguai.
7. Sorocaba - Curitiba	Busca do ouro - depois de 1.600	Campos de Piratininga, Ribeira, Açupá, Arraial Quinzado (Bocaiuva) Campos de Curitiba.
8. Sorocaba - Curitiba	Busca do ouro - depois de 1.600	Campos de Piratininga, Passo do Itamaré, Campos Gerais, Serra São Luiz, Campo Largo.
9. Laguna - Viamão Rio Grande	Brito Pinoteu (1680 - 1690)	Somente acesso marítimo.
10. Colônia do Sacramento - Rio Grande	João de Magalhães (1700 - 1720)	Acesso costeiro.
11. Litoral de Santa Catarina - Curitiba	Francisco de Sousa Fariz - 1720	Ararungá, Conventos, Lajes, Campo Alto, Serra do Espigão, Campo do Tenente.
12. Viamão - Campos de Curitiba	Cristóvão Pereira de Abreu - 1731	Vacaria, rio Uruguai, Lajes, Campo Alto, Serra do Espigão, Campo do Tenente.

Outra via seria pelo vale do rio do Peixe - Campos Novos - rio Uruguai

que exterminassem as crias.

Com clima e boas pastagens reproduziram o rebanho original. (8)

E quanto aos equinos, estes foram introduzidos pelos europeus com fins militares: sua multiplicação seguiu os mesmos caminhos do gado.

Lusitanos e castelhanos iniciaram movimentos colonizadores procurando dar validade a suas pretensões territoriais. Era a velha norma de que a terra pertence a quem a coloniza e não a quem a descobre: "Quem possui de fato deve possuir de direito".

Mas a luta pela terra foi posterior à luta pelo gado: índios minuanes e charrúas, jesuítas, espanhóis e portugueses envolveram-se no combate pelo gado, "pensado como fruto natural de livre apropriação". Se for possível estabelecer uma periodização entre as duas fases, esta seria balizada pelo Tratado de Madrid.

A aparição marcante das cidades, a separação entre o "ager publicus" e a propriedade privada (no sentido dado por Marx em Formações Econômicas Pré-Capitalistas) o gado marcado, a presença palpável dos interesses metropolitanos, a organização das estâncias, todas estas características corporificaram-se na região fronteiriça após 1750, em que a luta pelo gado enraizou-se na luta pela terra.

Até esta data os índios opuseram uma firme resistência à penetração europeia. Os principais episódios desta luta foram: o levantamento Minuã de 1730, para cuja repressão Zavala - governador de Montevideo - contou com a ajuda das missões; o levantamento de 1742 que foi de menor

intensidade. O grão levantamento charrúa de 1747 com claras influências portuguesas que manobram os índios contra os espanhóis, levantamento este ferozmente reprimido pelos castelhanos. Em 1751 foram finalmente derrotados, retirando-se para o norte do território uruguaio. (9)

O sufocamento das rebeliões indígenas tornaria mais fácil o caminho Sacramento-Laguna... Conhecemos um roteiro efetuado por Domingo Filgueira levando uma tropa de animais: vindo pelas costas do Rio da Prata, atravessava em balsa o canal do Rio Grande e o Tramandaí a vau durante a maré baixa. Finalmente, utilizando-se novamente de uma balsa, transpunha o Aranaquã para alcançar Laguna, porto em que o gado era embarcado. (10)

A necessidade de atravessar o canal do Rio Grande exigiu o estabelecimento dos primeiros currais portugueses para guarnecer o gado que deveria ser previamente amansado para poderem ser colocados em cima da balsa. Além da Lagoa Mirim os animais pastavam longe dos postos espanhóis, constituindo-se em presa fácil para as partidas lusitanas.

Francisco de Souza Faria foi o primeiro em prosseguir com seus homens além de Laguna, saindo em 1728 nos campos de Lages, via São Joaquim. A zona de Lages tinha a particularidade de penetrar nas serras em forma de ferradura deixando um amplo espaço aberto aos domínios jesuítas. O gado será lentamente empurrado pelos Tapes para este "curral natural" português.

Sendo Antônio Caldeira da Silva Pimentel governador de São Paulo (1727-1732) incumbiu o

sargento-mor Francisco de Souza Faria de traçar um caminho de São Paulo a Laguna. Criado o mercado consumidor, com as sucessivas descobertas de ouro no Brasil central, tratava-se agora de aumentar o fluxo de gado e equinos através de um trajeto terrestre.

Partindo de Laguna em fevereiro de 1728 costeou o Aranaquã pelos Morros dos Conventos até ser detido pelas intransponíveis matas que circundavam o rio. Retornou às costas depois desta infrutífera tentativa, atravessou o Aranaquã e seguiu rumo ao norte acompanhando a orla marítima.

Em virtude das serras que encontrou voltou ao citado rio e no vai-vem achou uma passagem pela Serra Geral. Depois de onze meses de marcha penetrando rumo noroeste, avistou finalmente campos abertos. Souza Faria e seus homens detiveram-se ali durante seis meses esperando mais gente e recursos solicitados ao governador de São Paulo.

A expedição continuaria rumo à Serra do Espicão onde encontrou uma cruz cuja inscrição aí gravada em 1727 indicava a presença jesuítica. Da Cruz dos Tapes passaram por um sítio chamado de Boa Vista alcançando posteriormente as cabeceiras do rio Uruguai.

Pelos Campos dos Curitibaos, nome dado em alusão aos seus povoadores que eram de Curitiba, avistaram o azul dos primeiros contrafortes da abrupta cordilheira que precisavam atravessar entre lombadas e penhascos.

Este passo seria o ponto de convergência da futura Estrada da Mata que ia de Currealinho ao sul da Lagoa até Timbó ao norte de Lages - a BR116 e a ferrovia.

Depois de atravessado encontraram novamente campos ondulados que se estendiam até o rio Negro. Pelos Campos do Tenente alcançaram o Iguacu, campos de Curitiba e Rio do Registro. Daí para frente o caminho já era transitado pelos vaqueiros que iam até São Paulo. (11)

Souza Faria assinalou no mapa um caminho que deveria ser melhorado para que permitisse a passagem de tropas. Foi no ano de 1730 que Cristovão Pereira de Abreu acompanhado do próprio Souza Faria e por ordem do governador Pimentel partiu dos confins de São Pedro com a missão de construir a estrada.

A primeira tarefa consistiu em reconstruir o caminho Rio Grande-Laguna, para o qual foram construídas pontes, calçadas e variantes. Voltou logo à Colônia do Sacramento disposto a fazer a viagem completa, a qual iniciou com 800 cavalgadas. Quem percorre o sul do Uruguai saberá que de Sacramento a Rio Grande não seria necessário construir estradas.

Em 1731 estava estacionado com sua gente no Aranaquã devido ao perigo que representava neste momento a movimentação dos Tapes, quiçás as últimas ondas do levantamento Minuã. Embarcou para São Paulo onde obteve armas e recursos: com este reforço deu reinício à marcha, levando umas 3.000 cabeças - aproximadamente 70% de cavalos, éguas e mulas e 30% de gado - e mais 130 peões.

Depois de treze meses de marcha, ora aproveitando o traçado de Souza Faria, ora construindo trechos alternativos encurtando distâncias ou tornando-as mais seguras, alcançaram Curitiba, não efetuando alterações no delineamento do caminho que se estendia até Sorocaba.

Conhecendo os inconvenientes apresentados pela orla marítima, Cristovão Pereira empenharia-se em 1737 em um novo traçado. Partindo da Guarda do Viamão (Santo Antônio da Patrulha) onde estabeleceu-se o registro das tropas no "Curral das Contagens" atravessou os rios Sinos, Tainha e Camisas para sair nos campos de Vacarias.

Vadeou o rio Pelotas surgindo no sul de Lages, contrastando com o caminho leste de Aranaçu. Lages transformaria-se num importante entronque viário: um ramal sul seguia para o leste procurando atingir os campos de Viamão, um outro chamado de Caminho Novo atravessava melhores campos para as pastagens até Vacarias. Azeu prosseguiu pelos campos dos Curitibanos até a altura do rio dos Cachorros onde reencontrou o caminho para São Paulo. (12)

Da Colônia do Sacramento até Rio Grande somavam 130 léguas. Do Rio Grande até Porto dos Casais 50; dali até o registro de Curitiba 127 e mais 74 para alcançar Itapetininga, importante estação-invernada. Adicionando as 34 léguas até São Paulo teremos um total de 415 léguas, uns 2.490 quilômetros.

Um longo caminho esparava as manadas platinas do Registro de Sorocaba que visava inicialmente conferir as Guias de Trânsito fornecidas em Curitiba. Não se sabe quando começou a adquirir jeito de feira este comércio de bestas. Talvez tenha sido depois do estabelecimento do Registro de 1750 ou então a partir do início da cobrança do Novo Imposto de 1756 destinado à reedificação da alfândega de Lisboa destruída pelo grande terremoto que abalou a capital portuguesa. (13)

Nos anos anteriores, a localização de Sorocaba nos limites dos campos que se

estendiam com algumas interrupções desde o Prata, transformou-a numa importante estação-invernada onde o gado descansava e engordava esperando os compradores vindos de São Paulo, Rio de Janeiro ou das Gerais. Esta função seria posteriormente assumida por Lapa.

"Os dados concretos sobre o volume de animais são poucos, e muitas vezes não resistem a um exame mais profundo." (14) Seria também materialmente impossível diferenciar nesta fase gado Oriental e gado Rio-grandense, animais caçados ou criados nas estâncias. A diferenciação por raça e os cruzamentos com vistas à uma adequação no tipo de pastagem e no clima, foram produtos da organização da produção durante o século XIX.

Interessante é notar que os mapas da época onde os detalhes desta Estrada do Sul vem representado com mais detalhes e nitidez são de origem espanhola, o que mostra a grande importância que os castelhanos atribuíam a esta via de comunicação, e o grau de vigilância que submeteram a penetração lusitana no sul do continente americano. (15)

A estrada permitiu o estabelecimento de estações-invernadas onde o gado descansava depois de uma cansativa marcha, engordava na espera dos compradores regulando o fluxo de gado a Sorocaba ou simplesmente detinha-se na esperança de que o tempo melhorasse para poder continuar a marcha. Na década seguinte à abertura surgiram Campo Largo ou Tamanduá (Palmeira) Santa Cruz ou Pitangui (Ponta Grossa) Iapô (Castro) Lança (Piraí)...

Unindo o mercado consumidor ao mercado provedor, a estrada viabilizou a ocupação econômica

do sul, e seria a gênese do movimento que transformaria a luta pelo gado em íntima relação com a terra, ao exigir quantidade e continuidade.

As invernadas constituíram-se numa importante fonte de renda dos habitantes ao longo da estrada, assegurando-lhes sua sobrevivência, e em última instância, mantendo a posse da terra em mãos lusitanas. Além das despesas com o aluguel da terra, o proprietário da tropa tinha gastos com sal e milho para os animais - além de outros cuidados para homens e bestas - que o armazém fornecia, geralmente nas mãos do dono da invernada.

Uma outra fonte de renda foi a condução do gado. Mas da mesma forma que não é possível calcular os custos das invernadas, não há possibilidade de se conhecer quanto ganhavam os condutores. (15)

Durante os anos que se seguiram ao Tratado de Madrid a Estrada do Sul aumentou em importância à medida que as estâncias rio-grandenses se organizavam e as guerras do sul exigiam tropas e recursos do Brasil central.

Os paulistas que começariam a retornar à capital ou às vilas da capitania após 1750, deslocados pelos emboabas e pela involução subsequente da economia mineradora, seriam enviados compulsoriamente para formar os Exércitos do Sul, enquanto os mais abastados dedicavam-se ao próspero negócio do abastecimento.

No transcorrer do século XVIII a Banda Oriental e o Rio Grande terão seus contornos desenhados.

A economia rio-grandense se integrará ao mercado colonial português como fornecedora de animais, couro e gorduras para o Brasil central, e posteriormente como abastecedor de charque - carne seca - para os escravos. (17)

A Banda Oriental, capitaneada por Montevideu desenvolverá uma "luta de portos" contra sua rival Buenos Aires em torno do controle do comércio internacional. As estâncias espanholas começariam a ser organizadas pelos comerciantes, ligados diretamente na administração do aparelho burocrático espanhol.

Estes latifundiários, aos quais a historiografia os chamou de proprietários "absenteístas" por permanecerem em Montevideu cuidando da "circulação", encarregavam a capatazes a "produção" de suas estâncias.

A debilidade militar dos espanhóis deveu-se justamente a que estes proprietários esperavam que a coroa espanhola defendesse suas terras, sendo que a Espanha não tinha condições de manter um exército permanente na fronteira.

Atitude diferente tiveram os senhores da terra rio-grandense que se envolveram diretamente na exploração de suas propriedades, deixando de lado a burocracia colonial portuguesa. A organização das estâncias gaúchas, viabilizadas com a abertura da Estrada do Sul, representou uma tendência inerente à uma maior apropriação de terras, e consequentemente, à contração contínua da fronteira. 1750 ficou para atrás.

BIBLIOGRAFIA

- (1) SODRE, N. Wernet A História Militar do Brasil - Rio de Janeiro. Civilização Brasileira 3ª edição 1979 - pág. 18
- (2) O destacamento paulista, comandado por Braz Rodrigues de Arzão - encarregado da exploração das minas de Paranaguá - foi montado com auxílio da Câmara Municipal. Este contingente seguiu em 1679 por mar, e tendo sido dispersado por uma tempestade na altura de Santa Catarina, alguns voltaram para Santos, enquanto outros conseguiram desembarcar em Laguna, pouco antes explorada por Domingo Brito Peixoto, de onde seguiram por terra até a Prata.
- MAGRO, Omar Simões A Legião de São Paulo e o Regimento de Infantaria de Santos nas Campanhas do Sul in Revista do Arquivo Municipal de São Paulo Vol. XXIX junho de 1932 pág. 09.
- (3) MARCILIO, Ma. Luiza A Cidade de São Paulo: Povoamento e População (1750-1850) São Paulo Pioneira-Edusp 1973 pág. 09
- (4) BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio - São Paulo in História Geral da Civilização Brasileira Tomo II 2ª Vol. SP Difel 1973
- (5) Os colonos portugueses, agora "castelhanos" dedicaram-se ao transporte de mercadorias entre as guarnições espanholas, sem promover significativamente a agricultura. Outros povoados - como Pão de Açúcar - também seriam fundados com famílias portuguesas transferidas do Rio Grande após as expedições militares.
- DE TORUON, Maria Sala e outros Evolución Económica de la Banda Oriental Montevideo Ediciones Puchlos Unidos 2ª edic. 1958 pág. 42-43
- (6) ALBUQUERQUE, Mário Marcondes Pelos Caminhos do Sul: História e Sociologia do Desenvolvimento Sulino Parana. Secretaria do Estado da Educação e da Cultura 1978 pág. 73
- (7) COVI, Emilio Contribución a la Historia del Gaucho (Los Gauchos del Uruguay antes y después de la fundación de Montevideo) Buenos Aires Talleres S.A. Casa Jacobo Peuser Ltda 1973
- (8) Os interessados no assunto poderão consultar a:
- ABREU E SILVA, Florêncio O Gado Bovino e sua Influência na Antropogeografia do Rio Grande do Sul in A Província de São Pedro nº 11 mar/jun 1948.
- (9) DE TORUON, Lucia Sala e outros ob. cit. pág. 29
- (10) ALBUQUERQUE, Mário Marcondes, ob. cit. pág. 51
- (11) Os dados foram retirados da pesquisa feita por Mário Marcondes nos arquivos de Paranaguá (ob. cit.)
- (12) IDEM
- (13) PETRONE, M.T.Schorer O Barão de Iguape São Paulo Coleção Brasileira Vol. 361 Companhia Editora Nacional 1976 pág 103
- (14) PETRONE, M.T.Schorer O Fluxo de Gado a Sorocaba e a Importância econômica do caminho para o sul na década da independência in Revista de História nº 94 S.Paulo Abr/jun de 1973 - pág. 392
- De maneira geral, nos meses de inverno - junho a setembro - vinham menos animais, enquanto o maior fluxo se verificava nos meses de novembro a março, prolongando-se às vezes até maio, nos meses chuvosos. Idem pág. 398
- (15) DERBY, Orville A. A Estrada de São Paulo ao Rio Grande do Sul no século passado in Revista do Inst. Hist. e Geogr. de São Paulo Vol. III 1898, pág. 117
- (16) PETRONE, M.T.Schorer O Fluxo de Gado a Sorocaba Ob. cit. pág. 492
- (17) O surgimento da indústria do charque no Rio Grande parece dever-se às sucessivas secas de 1777-78 e 1792 no Ceará,

que até então fornecia a maior parte da carne seca para o mercado brasileiro. Sobre o Rio Grande do Sul, ver a excelente coletânea organizada por José Hildebrando Dacanal e Sergius Gonzaga RS: Economia & Política, Série Documento 2, editado pela Mercado Aberto de Porto Alegre no ano de 1979.

REGISTROS DE NAVIOS DO ARQUIVO DE ÍNDIAS

IVONE DIAS AVELINO

O casal Huguette e Pierre Chaunu escreveram a monumental "Séville et l'Atlantique", que abrange o período de 1504 a 1650, equivale dizer - a maior parte do governo ultramarino dos Austrias, na sua singular forma de mercantilismo "tradicional" e absolutismo monárquico; e, mais recentemente, em 1976, Antonio Garcia-Baquero Gonzalez publicou, sua aguardada obra- "Cadiz y el Atlantico"- edição, em dois tomos da "Escuela de Estudios Hispano-Americanos", que corresponde ao comércio colonial espanhol sob o monopólio gaditano, isto é, de 1717, no começo do reinado de

Filipe V, a 1778, já na administração "iluminada" de Carlos III, ano em que se estabeleceu o "Comércio Livre" para o patrimônio indiano dos Borbons de Madrid. De igual modo no Brasil a economia atlântica, atinente ao despotismo "ilustrado" espanhol na América, vem despertando interesse, particularmente depois do trabalho de Manuel Nunes Dias, com suas duas teses- O "Comércio Livre" entre Havana e os portos de Espanha (1778-1789); e, logo depois, com "EL Real Consulado de Caracas" (1793-1810)- bem assim com diversas comunicações apresentadas a Congressos

Internacionais de História, cuja listagem não cabe aqui. E nessa mesma linha de pensamento outros estudos se seguiram. Além de nosso Mestrado e de nossa tese de doutoramento, impõe-se revelar as teses abaixo arroladas:

García, Emanuel Soares da Veiga
- Buenos Aires e Cadiz.

Contribuição ao estudo do
Comércio Livre (1789-1791).

São Paulo, 1974;

Pugliese, Haidée Marquiafave
- A prata mexicana no
circuito atlântico (1788-1790).

São Paulo, 1973 (ainda por
publicar)

Crespo, Suely Machado
- O comércio marítimo entre
Veracruz e Campeche (1801-1803).

São Paulo, 1978 (ainda por
publicar);

- Exportação pelo porto de
Campeche para Veracruz (1801).

São Paulo, 1975 (ainda por
publicar);

Silva, Colbert Torres da
- O circuito da prata de
Veracruz em 1792. São Paulo,
1977 (ainda por publicar);

Zan, Elba Therezinha Coelho
- Frotas da prata de Veracruz
(1791). São Paulo, 1977 (ainda
por publicar).

Importa, outrossim, esclarecer que Haidée Marquiafave Pugliese continua a pesquisar o caso do século XVIII e a abertura da centúria subsequente, mostrando-se altamente animada com as quantificações dos metais preciosos- ouro e prata- constantes da documentação manuscrita que, há anos, vem trabalhando para a elaboração de sua tese de livre-docência. E nós, com o mesmo entusiasmo, não deixamos de investigar as instituições econômicas e o mecanismo de tráfico, que se inserem no complexo Sistema Colonial espanhol do tempo dos Austrias e dos Borbons.

E exatamente dentro desse

comportamento científico e nessa mesma linha de pensamento temático que se revela nossa comunicação. O acervo documental manuscrito, que se encontra guardado no "Archivo General de Indias", em Sevilha, é deveras rico. E nele assentarão, certamente, inúmeros trabalhos dissertações de mestrados e teses de doutoramento bem assim outros estudos para melhor compreensão da política de governo da monarquia espanhola na América.

Com vista ao despertar do gosto dos jovens que se iniciam na Pós-Graduação em História, e dentro da natureza e objeto desta Revista, permitimo-nos uma abordagem: Registros de navios e mercadorias que se acham no supra referido Arquivo de Espanha. A leitura de semelhantes manuscritos seguramente levarão a temas diversos, embora todos eles postos na problemática da economia ultramarina espanhola no decurso do século XVIII. Muito, mas muito mesmo, está por dizer. A maior parte da centúria acha-se em aberto. Aqueles mencionados trabalhos da historiografia contemporânea nacional e estrangeira apenas revelam alguns "momentos" do período colonial espanhol. As abordagens são muitas - em "longa", em "média" ou em "curta" durações. Não importa. O que mais vale é a revelação de novos fatos a serem postos numa trama inteligente e esclarecer o fenômeno histórico através de seus nexos. Essa a função do historiador.

Os registros de navios e mercadorias sugerem elaborações de estudos os mais diversos: movimento de navios e mercadorias; rotas e tráfico; portos; comércio lícito e contrabando; política econômica; finanças da monarquia; contabilidade indiana; instituições de natureza diversa; comércio intercolonial; giro transoceânico; comércio insular

e continental. Afinal - um "mundo" de temas!

Grande parte do acervo manuscrito dos "legajos" do "Arquivo General de Indias", em Sevilha, de natureza econômica, compõe-se de "relaciones" de navios que operavam entre os portos de Espanha e América. No reino, desde a abertura do século XVI, com os primeiros monarcas espanhóis, notadamente a partir da criação da "Casa de la Contratación" em 1503, montou-se a "central" de Sevilha para controle de todos os navios e mercadorias que figuravam no tráfico entre Espanha e suas Índias Ocidentais. Todos os navios que zarpavam em frotas, armadas ou "soítos" com destino à América espanhola eram rigorosamente controlados através dos seus Registros concernentes. E semelhante fiscalização estendia-se às mercadorias, bem assim aos tripulantes e passageiros, formando-se as séries de Registros respectivos.

Sem essa documentação torna-se impossível o estudo da economia atlântica acionada pelo mercantilismo espanhol. Para uma primeira abordagem encontra-se na "Sección de Contratación" do referido Arquivo de Indias, em Sevilha, um valioso núcleo documental composto de cinco "legajos", denominados "Libros de Registros", que guardam a quantificação das "naos que fueram y volvieram de América", num total de neve "libros" dos anos de 1504 a 1783. Os Registros recuam, portanto, quase à criação da "Casa de la Contratación", em Sevilha, cujo contador era o

responsável pela guarda e custódia de todos os papéis relativos aos artigos comerciáveis, produtos de outra destinação, saídas e entradas de navios, tributação fiscal, mestres e proprietários das embarcações, listagem de passageiros e tripulantes, bem assim dos portos marítimos indianos e seus congêneres da metrópole e central sevilhana, no decurso dos séculos XVI e XVII; e, já no Século XVIII, da matriz gaditana, quando da mudança da "Casa de la Contratación" de Sevilha para Cadiz, notadamente depois de 1778, quando se estabeleceu, no tempo de Carlos III, o "Comércio Livre" revelador do mercantilismo "ilustrado" espanhol.

Tudo que se exportava da Espanha ou se importava de Índias era detalhadamente registrado. O mesmo sucedia com marinheiros, tripulantes, mestres, escrivães, feitores e donos de navios, além dos passageiros que demandavam os portos americanos ou que deles retornavam aos de Espanha. Ninguém podia embarcar, fosse qual fosse o destino da viagem, sem a devida licença, dir-se-ia "passaporte". Os registros originais eram guardados, nos séculos XVI e XVII, no Arquivo da "Casa de la Contratación", em Sevilha, ou no do seu Consulado de Comércio. Só mais tarde, já no século XVIII, em sua segunda metade, no seu congêneres de Cadiz, quando o empresariado gaditano senhoreou-se do tráfico indiano; e, mesmo depois da instituição do "Comércio Livre", em 1778, quando o maior percentual do giro mercantil continuou em poder de Cadiz e em franco detrimento de Sevilha, cujo porto fluvial viu-se entulhado como assoreamento do Guadalquivir e, ainda, com os

malefícios oriundos da política econômica dos Borbons espanhóis.

Dos Registros originais, que se guardavam notadamente naqueles Arquivos de Sevilha e Cadiz, consoante o vigor do giro mercantil, tiravam-se as cópias atinentes para cada navio que, então, operava no trânsito, e que deviam conter as listagens de pessoas e mercadorias, com suas procedências e destinos, volume e valor. Semelhante procedimento se esfuava de igual modo nos portos indianos com tudo que se destinava a Espanha. Os oficiais do rei, quer na metrópole quer na colônia, eram os responsáveis por todos os Registros, fossem eles de navios, de passageiros ou de mercadorias.

Atracado o navio a um porto indiano, o escrivão, o mestre ou o dono entregava o Registro aos oficiais do rei estantes na América, incumbidos de romper o selo, controlar o conteúdo, computar os preços dos gêneros e os montantes da tributação, bem assim confeccionar as famosas "relaciones" de pessoas desembarcadas. Idêntico procedimento em cada partida de navio com destino a outros portos do ultramar ou da metrópole. O centralismo da monarquia espanhola estava sempre presente. O "político" sobrepondo-se, em "razão de Estado", ao "econômico", para defesa do trono-singularidade do mercantilismo peninsular, na sua incipiente forma monárquica. As monarquias ibéricas- Portugal e Espanha- assemelharam-se no processo de salvaguarda de seus patrimônios coloniais, não obstante as "nuances"

institucionais procedentes dos caprichos, erros e contradições das respectivas Coroa.

No concernente à América espanhola, Áustrias e Borbons de Madrid, não obstante as cambiantes dinásticas, montaram e mantiveram um distinguido Sistema dominante de controle das vias marítimas de ligação do reino com os domínios coloniais. A exploração do tráfico ultramarino figurou sempre no campo dos interesses da Coroa. Capitais de precedência diversa foram lançados nas diferentes operações mercantilistas integrais no raio de ação das conveniências do trono e proveitos alienígenas, resultantes lógicas das tramas capitalísticas inerentes a tal conjuntura.

O Império espanhol, em vista disso, além de sofrer as consequências de uma cirrada partilha política, devido, principalmente, a anemia crônica da realza no setor financeiro, bem assim, à sua idéia hegemônica, continental, europeia, seria, também, por isso, sujeito à exploração econômica. Mecanismos ainda não inteiramente dilucidados pela historiografia científica contemporânea. Eis o que, através dos Registros de Navios, oferecemos aos que buscam temas de pesquisa realmente repercutivos.

Não obstante as investidas do mercantilismo estrangeiro, de certo modo credor da monarquia espanhola, a Coroa sempre deteve

o controle absoluto de todos os atos políticos, militares, econômicos e administrativos de sua máquina burocrática imperial, tendo-se, desde os Reis católicos e os primeiros Felipes, até os últimos Borbons, transformado no poder decisório exclusivo de todas as coisas. O que sempre se observou, todavia, e que a cada atitude da realeza, isolada e sem consulta séria às suas bases naturais, seguiu-se a grita dos contrários descontentes, gerando e aumentando, em toda parte do Império, os bolsões de insatisfação, notadamente no século XVIII, no seio da burguesia dos portos marítimos do reino e do ultramar.

As abordagens são muitas. Tudo dependerá, seguramente, dos gostos e tendências dos historiadores que anseiam por nova temática. A listagem das fontes manuscritas abaixo configura-se importante alicerce de sustentação dos edifícios que se pretendem erguer com a leitura e interpretação do rico acervo documental que se encontra guardado no "Arquivo General de Indias", em Sevilha. Repare-se na fertilidade dos núcleos manuscritos.

- "Sección de Contratación. "Libros de Registros" dos anos de 1504 a 1783 atinentes às "naos que fueron y volvieron de América

- "Reales Cédulas Y Ordenes" de 1528 a 1784;

- "Sección Y" - "Legajo" 2848;

- "Indiferença General" - "Legajos" 2162, 2410, 2795, 2796;

- "Secretaría de Hacienda de Indias "

- "Contratacion" 10s e 179;

- "Contadoría" 1391

- "Division Colonial". Sección Gobierno. Registro de Navios, "Legajos" 57, 60, 90 e 91; legajos 2442, 2183, 2211.

Essa a aparelhagem técnica e científica que permitirá um aproveitamento cada vez maior das montanhas de papéis referentes ao tráfico colonial espanhol, um dos ricos herdeiros das grandes descobertas dos séculos XV e XVI. Tendo a monarquia espanhola aplicado e desenvolvido, até, diríamos, às últimas consequências, os princípios políticos e econômicos da "era mercantilista", a sua estrutura imperial sofreu modificações específicas no decurso do tempo que caracterizaram as fases da sua evolução, ainda não devidamente estudadas pela historiografia científica contemporânea.

Registros de navios postos numa trama estrutural e conjuntural. Essas as abordagens que oferecemos. Essas as fontes manuscritas que arrolamos.

INFORMATIVO GLOBAL/EDART

PARA PROFESSORES DE HISTÓRIA

NÍVEL UNIVERSITÁRIO

OPERARIADO

BODEA, Miguel: *A greve de 1917: os origens do trabalhismo gaúcho* - Porto Alegre L & PM editores. Este livro trata das origens do trabalhismo, em especial sua primeira fase getulista, dentro da especificidade de Rio Grande do Sul.

GEO-POLÍTICA

SCHILLING, Paulo: *O expansionismo brasileiro* - São Paulo. Global Editora - 1981. O Brasil cresceu territorialmente, mas por quê? Como o Brasil influencia os vizinhos latino-americanos? Somos aliados dos norte-americanos?...

HISTÓRIA POLÍTICA

SCHILLING, Paulo: *Como se coloca a direita no poder?* São Paulo Global Editora - 2 vols. - 1980. Será que em 64 houve um processo de reversão histórica? Quais foram os agentes que empurraram o Brasil para os atuais caminhos?

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

HOBSBAWN, Eric: *As origens da revolução industrial* - São Paulo Global Editora - Coleção Bases n.º 21 - 1980.
Em três artigos (A crise geral da economia européia no século XVII, O século XVII no desenvolvimento do capitalismo, e As origens da revolução industrial britânica) Hobsbawn analisa a transição da economia feudal para a economia capitalista.

HISTÓRIA DAS AMÉRICAS

NÍVEL UNIVERSITÁRIO

BORDA, Fals: *As revoluções na América Latina (1809-1966)* - São Paulo Global Editora - Coleção Passado e Presente n.º 3 - 1979.

Conjunto de textos críticos relativos a um período recente nesta parte do continente americano, tratando dos movimentos ativistas, ressaltando o idealismo dos grupos envolvidos, os erros de avaliação, o caudilhismo, o papel da Igreja, etc.

PARAGUAI

POMER, León: *A Guerra do Paraguai: a grande tragédia rioplatense* - São Paulo Global Editora - Coleção Passado e Presente n.º 7 - 1980.

Neste livro, o autor chama a atenção sobre a estrutura econômica-social do Paraguai, até sua derrota pelos exércitos do Uruguai, Argentina e Brasil, e a substituição dessa estrutura "sui generis" na América, depois do final da guerra.

LAINO, Domingo: *PARAGUAI: fronteiras e penetração brasileira* - São Paulo Global Editora - Coleção Passado e Presente n.º 5 - 1979.

O autor aqui analisa o fenômeno da expansão brasileira sobre os limites fronteiriços paraguaios, que se encontram dentro de um acelerado processo de desnacionalização.

NÍVEL COLEGIAL

PINSKY, Jaime: *100 Textos de História Antiga* - São Paulo Global Editora - Coleção Bases n.º 29 - 2a. ed. 1980.
São documentos rigorosamente traduzidos das melhores fontes, agrupados por assunto e distribuídos harmoniosamente ao longo do volume.

FENTON, Edwin: *32 problemas na história universal (leituras básicas e interpretações)* - São Paulo EDART - 1975.
Este é um livro diferente. Não é um registro de uma parte da história universal, nem a história de um personagem. É uma coleção de textos extraídos da literatura acumulada do mundo, com a finalidade de permitir que os alunos de 2.º grau conheçam a natureza da história, como disciplina acadêmica e a escrevam como uma arte.

POMER, León: *A História da América Hispano-Índigena* - São Paulo EDART - 1982.
Até o presente, carecíamos de um bom livro didático que relatasse de maneira amena e profunda o que aconteceu com os povos americanos dominados "pela espada e pela fé" (em preparação)

AGUARDE
COMO O BRASIL FICOU ASSIM?
ENRIQUE PEREGALLI

DA TERRA DE VERA CRUZ À INTEGRAÇÃO DO ACRE:

Formação das Fronteiras
e Tratados de Limites

O CRESCIMENTO TERRITORIAL DO BRASIL AO LONGO DO PERÍODO COLONIAL, IMPERIAL OU REPUBLICANO, NÃO FOI SIMPLES ANEXAÇÃO DE TERRAS: SOBRE ESTA EXISTIAM HOMENS TRABALHANDO E SOBREVIVENDO. A CADA REGIÃO FRONTEIRIÇA CORRESPONDE UMA ATIVIDADE ECONÔMICA — pecuária, erva-mate e borracha — DAS QUAIS EMERGEM TIPOS SOCIAIS DIFERENTES: o gaúcho sulino, o ervateiro matogrossense e o seringueiro do Acre. ESTA É A HISTÓRIA DOS PIONEIROS QUE PENETRARAM NO CORAÇÃO DA AMÉRICA EM BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA, E A HISTÓRIA DAQUELES QUE SAÍRAM BENEFICIADOS COM NOSSO CRESCIMENTO TERRITORIAL.



Global Editora e Distribuidora Ltda.
Rua Franco Pinto 826 - CEP 04016 - Tels. 549-3137 549-9649 544-7517
São Paulo - SP - Caixa Postal 45328

- # TRANSIÇÃO DO ESCRAVISMO PARA O FEUDALISMO
- # O MODO DE PRODUÇÃO FEUDAL
- # IGREJA - INSTITUIÇÕES POLÍTICAS - COMÉRCIO MEDIEVAL
- # AMÉRICA LATINA: FEUDAL OU CAPITALISTA?

COLEÇÃO
TEXTOS ①

**MODO DE PRODUÇÃO
FEUDAL**

organização JAIME PINSKY

Luis Vitale
Charles Parain

Sl. Kovaliev
Claude Cahen

A versão mimeografada desta antologia, concebida inicialmente como material didático para o curso de História Medieval da UNICAMP acabou despertando interesse não só de historiadores como de sociólogos, economistas e outros estudiosos da questão agrária. O interesse central do volume é conduzir uma reflexão sobre o modo de produção feudal, sua origem, características e crise.

Global Editora e Distribuidora Ltda.

Rua França Pinto, 836 - CEP 04016 - Fone 549-3137
Caixa Postal 45329 - 01000 - V. Mariana
São Paulo - SP



**'UM MULATO NO REINO DE
JAMBOM' (as classes sociais na
obra de Lima Barreto) M. Zilda Ferreira Cury**

São Paulo Cortez Editora 1981

SONIA A. MARRACY

São muitos e de grande valia os estudos sobre a obra de Lima Barreto. Faltava, no entanto, fazer a contextualização histórica da obra, mostrando as suas relações com o conjunto social do qual participa. É justamente esta a proposta de M. Zilda Ferreira Cury em "Um Mulato no Reino de Jambom (as classes sociais na obra de Lima Barreto)".

Em termos metodológicos, a A. encara a obra literária como sendo "simultaneamente um todo, sobre o qual podemos nos debruçar e uma parte que necessariamente tem de ser remetida a um conjunto para

adquirir sua radical significação". (p 113) Assim, a obra é vista como expressão literária de uma época e, para ser compreendida integralmente deve ser estudada no contexto histórico em que foi produzida.

Utilizando-se do conceito goldmaniano de "visão de mundo" - como expressão dos grupos fundamentais, capazes de erigirem sua concepção de mundo em estrutura significativa - M. Cury ultrapassa a análise individual e aprofunda a compreensão do escritor e de sua obra, ao estudar as relações existentes entre esta e as visões de mundo que correspondem a

determinados grupos sociais. A A. demonstra ser Lima Barreto "expressão de uma camada marginalizada na época" (p.26), pois, "há no conjunto da obra do autor uma intenção explícita de se alinhar às camadas populares, sendo esse alinhamento marcado pela oscilação e por posturas ambíguas" (p.26) características de uma classe fundamentalmente oscilante, à qual Lima Barreto pertenceu: As classes médias urbanas da Primeira República. Segundo a A., "a tentativa, ainda que ambigualmente assumida, de ser expressão de um bloco popular em formação, já significa uma grande sensibilidade com relação às mudanças que estão ocorrendo no corpo social e um esforço de superação dos próprios entraves de classe, atingindo aquilo que Goldsman denomina o limite de consciência possível" (p.29/30).

Da análise do conjunto da obra de Lima Barreto (produção jornalística e ficcional), a A. percebe duas posturas constantes: o fatalismo e a denúncia. Nenhuma delas em estado puro, pois o fatalismo, naquela época já significava uma denúncia, "uma vez que explícita a marca de uma classe que vê como fatais a proletarização e a falta de autonomia" (p.28). Quanto à denúncia a A. afirma ser, "ao mesmo tempo, uma tentativa de crítica à própria posição e de ultrapassagem dos limites impostos por essa posição. O primeiro caso compreende todo o desnudamento da situação das camadas médias" (...) "O segundo compreende a tentativa de articulação com o bloco popular ainda em formação" (p.154).

O FATALISMO

Em toda a sua produção

jornalística e ficcional, Lima Barreto manifestou-se e tomou posição sobre política, moda, literatura, esportes, ensino, feminismo, burocracia etc, fazendo de seus romances e crônicas e contos, instrumentos de seus ideais. A visão fatalista advém necessariamente da tomada de consciência do problema (discriminação racial, marginalização, opressão etc), "tomada esta, o mais das vezes, amarga e pessimista" (p.35)

A DENÚNCIA

Lima Barreto denunciou a marginalização da mulher, o "feminismo burocrático" (que pretendia a introdução da mulher no funcionalismo público), o casamento-instituição, a discriminação racial, o bacharelismo, as instituições literárias etc.

Enquanto nas crônicas Lima Barreto oscila entre a defesa e o ataque à mulher (denunciando p. ex. a sua falta de inteligência criativa), nos romances ele assume o ponto de vista da mulher marginalizada e oprimida socialmente. Segundo a A., ambos os casos inscrevem-se numa ampla atitude de denúncia: a denúncia das instituições sociais da época.

Quanto aos personagens masculinos, são, na grande maioria, corrompidos. Mas há exceções: São eles: Policarpo, Gonzaga de Sã, Machado, Benevenuto Isaías Caminha. Do lado feminino, "Olga e Edgarda significam certa reação, o índice de superação de uma consciência ingênua da realidade." (p.75)

A Ambiguidade na obra de Lima Barreto

E a A. explica: "É nessa mulher, em Olga, e na sua ligação com Ricardo, um homem do povo, que Lima apresenta a alternativa para a mudança do sistema, para a saída do corrupto universo burocrático descrito no romance." (p.75) E assim ele aponta para a "participação criadora das camadas marginalizadas como real alternativa" (p.84). A A. está se referindo a uma passagem de "Triste fim de Policarpo Quaresma", em que Olga e Ricardo tentam libertar Quaresma da prisão. Mas a tentativa foi em vão, o que, ao meu ver, dá margem para se pensar que Lima Barreto não está apontando para uma real alternativa, mas está pessimista quanto a tal alternativa.

Em outro romance, "Memórias do escrivão Isaías Caminha", o personagem central não culpa o sistema por se sentir esmagado, "mas aos 'maus' e aos 'covardes', numa crítica mais moral que estrutural". (p.109) Nas palavras da A., significa que a crítica de Lima Barreto "aponta ainda para a solução dentro do próprio sistema, para uma solução, muitas vezes moral e não para uma solução que proponha a destruição ou a substituição do sistema". (p.108)

A ambiguidade é uma constante na produção limiana: Ele faz a crítica ao Estado "enquanto organização autocrática de poder" (...), "No entanto, algumas vezes Lima, depois de

fazer sua crítica, depõe, contraditoriamente, nas mãos do governo as soluções para os problemas". (p.177) No tocante ao fazer literário e suas instituições, segundo a A., Lima "ataca a Academia, mas não esconde a revolta de nela se ver preterido por três vezes." (p.152)

A A. explica a ambiguidade da obra de Lima Barreto ao proceder à contextualização histórica da produção limiana. Para ela, "as classes médias não possuíam condições econômicas e sociais para uma política autônoma, ante os interesses oligárquicos", pois suas atividades estavam "ligadas ao aparelho de Estado e ao setor de serviços." (p.127). Além disso, "estruturalmente a pequena burguesia não possui uma ideologia própria" (p.123), o que impediria o funcionalismo público de assumir uma postura de classe.

No entanto, não se pode desprezar a "ligação, ainda que esporádica e muitas vezes fraca, de alguns setores das classes médias e trabalhadores para a formação de partidos operários. Isto se dá no Rio de Janeiro por sua estrutura social muito diversificada, que concentra um setor menos diretamente dependente das classes agrárias" (p.145).

Para M. Cury, se o fraco alinhamento de intelectuais ao movimento operário na Primeira República não pode ser desprezado, é preciso compreendê-lo vinculando-o aos limites impostos aos intelectuais pelo lugar que ocupam nas relações sociais. Como já foi dito, não haviam condições objetivas para a existência de

uma tomada de posição política autônoma das classes médias, pois suas atividades estavam ligadas ao aparelho de Estado.

Feita a contextualização histórica da obra de Lima Barreto, a A. mostra as reais dimensões de sua visão fatalista e de denúncia: O fatalismo constitui expressão das classes médias urbanas que veem como fatalidade a sua proletarização. A denúncia constitui simultaneamente a tentativa de ultrapassar os próprios limites de classe média para ligar-se ao "bloco popular ainda em formação". (p.154) E a A. conclui: Se esta posição fosse tomada integralmente implicaria na "própria negação do lugar social ocupado. Uma radicalidade é prematura para a época, pois não haviam condições concretas para o funcionalismo público assumir uma tal postura de classe". (p.154) Daí a ambiguidade ser uma constante na produção limiana.

O importante a reter é que a ambiguidade torna-se um valor literário, pois cria uma literatura voltada predominantemente para o popular, buscando uma linguagem mais elaborada que possibilita acenar com a superação da dicotomia entre linguagem literária e linguagem popular.

O mérito do livro está em demonstrar a importância da contextualização histórica para a compreensão da obra literária. Encerra uma nova proposta de estudo da produção literária que deve ser conhecida pelos estudiosos da literatura. O livro deve ser lido por todos os que se interessam em compreender melhor o grande escritor Lima Barreto e seu tempo, o qual tão bem ele expressou.

EDGAR DE DECCA 1930: O SILÊNCIO DOS VENCIDOS

São Paulo Editora Brasiliense
1981

YARA-AUN KHOURY

O livro "1930, o silêncio dos vencidos", de Edgar de Decca, é fruto de reflexões do autor em torno da posição do intelectual frente às demandas de poder desencadeadas pelos diversos agentes sociais. Segundo ele, a produção discursiva suporta práticas sociais e serve de base para legitimação de inúmeros trabalhos acadêmicos. O discurso acadêmico, ao não falar em seu nome, oculta o lugar onde ele é produzido e não permite uma operação crítica capaz de investir contra os próprios objetivos e temas comuns na área de ciências humanas.

De Decca observa, por outro lado, que demandas de poder reivindicadas pelas práticas sociais dos últimos anos foram evidenciando a existência dos dispositivos ideológicos que sustentaram a produção da historiografia. Passou-se a questionar o lugar ocupado pelo historiador na ordem da produção do saber como também passou-se a requisitar sua inserção nas práticas políticas do presente.

A preocupação de De Decca com o período final da década de 20 e os anos 30 é no sentido de entender essa produção discursiva que suportou práticas sociais no passado e que, ainda no presente, serve de base para a legitimação de muitos trabalhos historiográficos. Propõe-se a repensar a estratégia da produção intelectual com relação aos seus temas de pesquisa, o que, para ele, é uma reflexão em torno da posição do intelectual frente às demandas de poder desencadeadas pelos diversos agentes sociais.

Empenhado em compreender o significado histórico do chamado "insucesso político" perpetuado pela memória histórica busca o momento de sua produção no trabalho da luta de classes e procura as representações que cristalizaram a derrota.

Refere-se ao discurso "revolução de 30" como um dispositivo ideológico para ocultar a luta de classes não só durante como também após esse momento histórico "graças ao discurso, à prática e à memória do vencedor, elevados à condição de memória histórica".

Ressalta a função do intelectual de desmontar discursos como esses, buscando na luta de classes - lugar onde a história se produz - a explicação dos fatos.

No caso, propõe-se a discutir a produção acadêmica sobre a revolução de 1930, procurando desvendar a história nesse momento da luta de classes a partir da prática proletária (os vencidos). Procura ao mesmo tempo compreender essa prática dentro do contexto da revolução.

Segundo o autor, os discursos, observados dentro da conjuntura em que foram produzidos, deixam transparecer a intenção de ocultar a luta de classes naquela conjuntura. Com esse objetivo, os vencedores, ao apresentar a Nação como sujeito histórico tornam possível dissimular a figura dos que foram vencidos. Dentro dessa perspectiva também, a construção da "revolução de 30" é feita em torno de uma temática comum para todos os sujeitos políticos, que envolve as seguintes questões: a industrialização, a revolução e a democracia.

Mas De Decca faz notar que, embora o discurso político dos diferentes protagonistas da história nesse momento tematize as mesmas questões, há uma diversidade programática, pois os sujeitos políticos, na realidade, são diferentes para realizar o projeto histórico.

De Decca analisa cada um dos itens dessa temática, observando os interesses e projetos dos diferentes protagonistas, tentando mostrar como o discurso se fundou na memória dos dominantes, e como o trabalho historiográfico permaneceu no interior dessa ideologia.

Utiliza 1928 como baliza da revolução burguesa porque, segundo ele, nesse momento as propostas políticas das diferentes classes se definem naquele sentido e cada uma delas tenta expressar uma direção possível a partir da sua realidade social.

Nesse momento, a burguesia industrial, ao contrário de débil e irrelevante para o processo econômico e político, define sua estratégia para garantir a direção política dos acontecimentos e eliminar outros projetos contemporâneos ao seu.

O autor mostra como essa burguesia tem um projeto de redefinição da ação do Estado e da organização da sociedade e o quer generalizar para toda a Nação. Ela quer garantir sua hegemonia demonstrando o interesse da industrialização articulada ao progresso nacional e defendendo a racionalização industrial como fator de auto-conservação nacional e de estabilidade social.

Ainda dentro do tema da industrialização essa classe visa a liquidação sistemática de toda a organização do proletariado, tanto ao nível dos Sindicatos quanto do seu partido parlamentar, o BOC (Bloco Operário Camponês).

Examinando o tema da revolução de Decca apresenta as diferentes interpretações dadas pelo Partido Democrático (PD), pelos "revolucionários" de Prestes e pelo BOC. Tentando ocultar a luta entre o capital e o trabalho a luta é deslocada para uma oposição à oligarquia.

Enquanto a burguesia industrial procura eliminar o tema, as oposições querem fazer a "revolução" no sentido do fortalecimento do Estado e na condição de impedir a direção do proletariado. Ou seja, uma "revolução" que não altere as regras fundamentais do jogo e que esvazie o projeto operário. O BOC, na qualidade de partido político operário parlamentar, é um instrumento visado pela oposições como um aliado de uma "revolução" defendida fora de, capaz de neutralizar a classe operária. Sua legalidade se define perante a classe dominante mas sua legitimidade depende da classe operária. O BOC, ao participar da "revolução" aparece

como contradição viva. Num projeto de defesa da industrialização no sentido de fortalecimento do mercado interno não avalia a força real da burguesia industrial e rouba de si mesmo a possibilidade de dirigir a revolução e de liderar o movimento operário. Seguindo o esquema de oposição imaginária contra a oligarquia esvazia sua possibilidade de condução do processo; é politicamente demolido e historicamente excluído.

O tema da democracia, por sua vez, é entendido pelo PD e pelos "revolucionários" dentro dos limites dos conceitos liberais, como expressão de um sujeito universal, o povo. A universalidade do sujeito político torna viável a participação política da classe operária, mesmo porque interessa à classe dominante que os dominados possuam canais institucionais de participação, evitando as lutas sociais.

Assim como o autor expõe a força da burguesia sabendo neutralizar a democracia por meio da industrialização mostra também como uma "determinada forma de organização do proletariado" conduz ao seu insucesso político. Aponta como a interpretação dada pelo BOC à dinâmica da luta de classes levou ao aborto de um projeto histórico.

Aponta igualmente um aspecto fundamental que foi apagado da memória histórica e é salientado por Marilena Chauí: "... somente através da prática do BOC e das demais tendências operárias pode-se compreender os limites históricos das propostas democráticas dos "revolucionários" do PD e do PRP.

Jaime Pinsky

ESCRAVIDÃO NO BRASIL

(História Popular N.º 4)

São Paulo Global Editora 1981

YARA-AUN-KHOURY

o processo histórico possa ser realmente revelado e não falsamente intuído".

Trata-se de um livro de setenta páginas, escrito em linguagem simples e clara. Um trabalho acadêmico, sem notas de rodapé e que não estabelece discussões bibliográficas. Apresenta, no entanto, para um público menos especializado, questões básicas relativas à problemática da escravidão no Brasil.

Pinsky enfatiza dois aspectos: o caráter brutal da escravidão e o inconformismo do negro com sua situação de escravo.

Segundo o autor, esta obra é fruto de sua postura diante da História; aquela "... de pesquisar com seriedade para que

Critica a historiografia que transmitiu a imagem do escravismo brando, dizendo que "... a idealização pacifista do passado procura justificar a

repressão a movimentos populares no presente".

Aponta o interesse português no negro não só como fonte de trabalho, mas também como mercadoria. A escravidão colonial brasileira, segundo ele, está vinculada à forma de organização da produção na grande lavoura de exportação e ao interesse de traficantes.

Se, por um lado, há uma preocupação dentro do sistema com as condições de tráfico para garantir a sobrevivência da "mercadoria" ou da força de trabalho, as viagens são brutais e inúmeras as mortes.

Assim também, a violência permanece, apesar das leis, portarias e recomendações, no sentido de evitar castigos desproporcionais, que dizimam a população escrava.

O autor assinala um choque de concepções na estrutura escravista: de um lado o interesse do sistema em estabelecer regras para a relação senhor-escravo; de outro o senhor que não admite limitações ao seu direito de proprietário. A própria legislação se identifica com a repressão. Neste sentido também, a religião católica é considerada por Pinsky como uma forma de controle social do escravo, preparando a resignação e a salvação eterna.

Discorre sobre a vida cotidiana do negro, que varia de acordo com o local de trabalho; sobre a moradia e o vestuário, sobre o lazer e o trabalho extra, sobre o sexo, a família e a religião.

Refutando a historiografia que apresenta a idéia de uma sociedade pacifista e de um negro submisso, Pinsky mostra como os escravos reagem aos maus-tratos e à falta absoluta de liberdade. Organizam fugas, solitárias ou em bandos; refugiam-se em quilombos, contra os quais são preparadas investidas agressivas. Os escravos chegam, às vezes, a preparar levantes, como a "Balaiada".

Muitas vezes ocorrem suicídios entre os negros e até mesmo assassinatos como vingança sobre os senhores, feitores e administradores.

Finalizando, o autor chama a atenção para uma questão que não pode ser desprezada: a de que a abolição não pode ser reduzida a um ato dos brancos; representa igualmente o fruto de uma luta dos negros por ela.

O QUE É O NUPDOCH...

Professores de Pós-graduação e de Graduação em História, ligados ao trabalho do Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica da PUCSP (NUPDOCH), discutiram e aprovaram documento em que se firmam os objetivos, setores, funções e normas de funcionamento do mesmo.

O Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica empenhado em estimular progressiva integração com professores e alunos de História e da Universidade como um todo, vem comunicar as decisões da reunião, que seguem em anexo.

São responsáveis pelos vários setores do NUPDOCH os seguintes professores:

- Setor de Pesquisa - Profa. Estefânia K. Fraga
- Setor de Arquivo e Documentação - Profa. M. do Pilar de Araújo Vieira
- Setor de Audio-Visual e Documentação Oral - Prof. Enrique Peregalli. Profa.

- Luciana S.A. Frota
- Setor de Publicação - Prof. León Pomerantz

- Responsável Geral do NUPDOCH - Profa. Yara M. Aun Khoury
 - Coordenadora do Pós-Graduação em História - Profa. Ivone Dias Avelino
- prestando serviço a outros cursos dentro da Universidade, a empresas ou a pesquisadores em geral.

Além da revista trimestral (Projeto História), pela qual se divulgam as atividades do Núcleo, este encontra-se ao inteiro dispor de todos quantos estejam interessados em desenvolver trabalhos dentro de seus objetivos específicos.

OBJETIVOS, SETORES E FUNÇÕES:

I - Dos objetivos:

O NUPDOCH tem como principais objetivos:

- funcionar como um órgão de apoio à pesquisa no curso de História, a nível de Pós-Graduação e de Graduação, visando o incentivo ao desenvolvimento da produção do conhecimento nesse campo específico.
- formar um acervo documental com base no levantamento, coleta, catalogação e sistematização de fontes para a História, principalmente em locais pouco explorados até o momento da pesquisa.
- contribuir para a preservação e divulgação deste material,

II - Dos Sektres:

O NUPDOCH foi organizado com base em quatro setores:

1 - Setor de Pesquisa:

É o setor responsável pela definição dos interesses prioritários de pesquisa do próprio núcleo. Segundo esses interesses é que se orienta o trabalho de localização, levantamento, coleta e referenciação de dados.

Além de privilegiar objetivos prioritários de pesquisa, o Núcleo colabora com equipes de pesquisadores interessados em desenvolver projetos de pesquisa em História, fornecendo aparelhagem, material, serviços ou mesmo orientação. Independentemente das fontes relacionadas com as linhas prioritárias de pesquisa, o Núcleo recebe doações de acervos considerados significativos.

2 - Setor de Arquivo e Documentação:

O acervo do NUPDOCH é o resultado dos trabalhos de pesquisa realizados até o momento, assim como de doações várias, principalmente de professores e alunos de História da PUC-SP.

Foi organizado em sub-setores, segundo a natureza do material:

1. Acervo Bibliográfico: Composto por dissertações de mestrado, trabalhos de pesquisa monográfica, livros raros, revistas nacionais e estrangeiras periódicos da imprensa alternativa.

2. Acervo Documental: Composto por cópias xerográficas trazidas do exterior ou de arquivos nacionais e doações particulares de documentação.

3 - Setor Audio-Visual e de Documentação Oral:

Este setor é responsável pela atividade de microfilmagem, assim como de guarda e fornecimento para consulta de microfímes e microfichas, bem como de gravações visando a documentação oral.

4 - Setor de Publicação e Informações:

Este setor encarrega-se de recolher, organizar e selecionar material para publicações, atendendo aos interesses de pesquisa da comunidade acadêmica da Universidade, assim como veicular os problemas e inquietações de professores e alunos de História. Objetiva divulgar projetos de pesquisa em andamento, teses já defendidas e

fontes documentais existentes não somente no Núcleo como em acervos diversos.

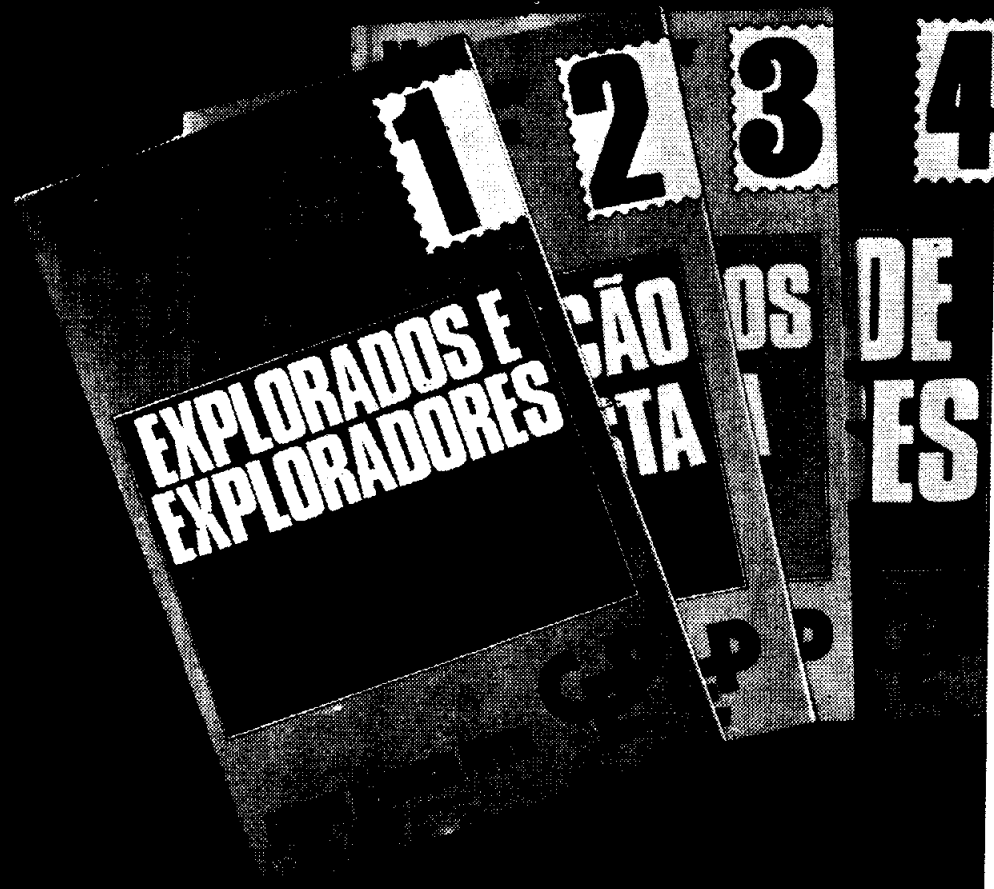
III - Das funções:

A orientação dos trabalhos do NUPDOCH será feita por um responsável geral assessorado pelos responsáveis dos setores. Cabe ao responsável geral:

- Coordenar o conjunto das atividades específicas do NUPDOCH

- Controlar com a coordenação do Programa a utilização das verbas destinadas aos trabalhos específicos do Núcleo.

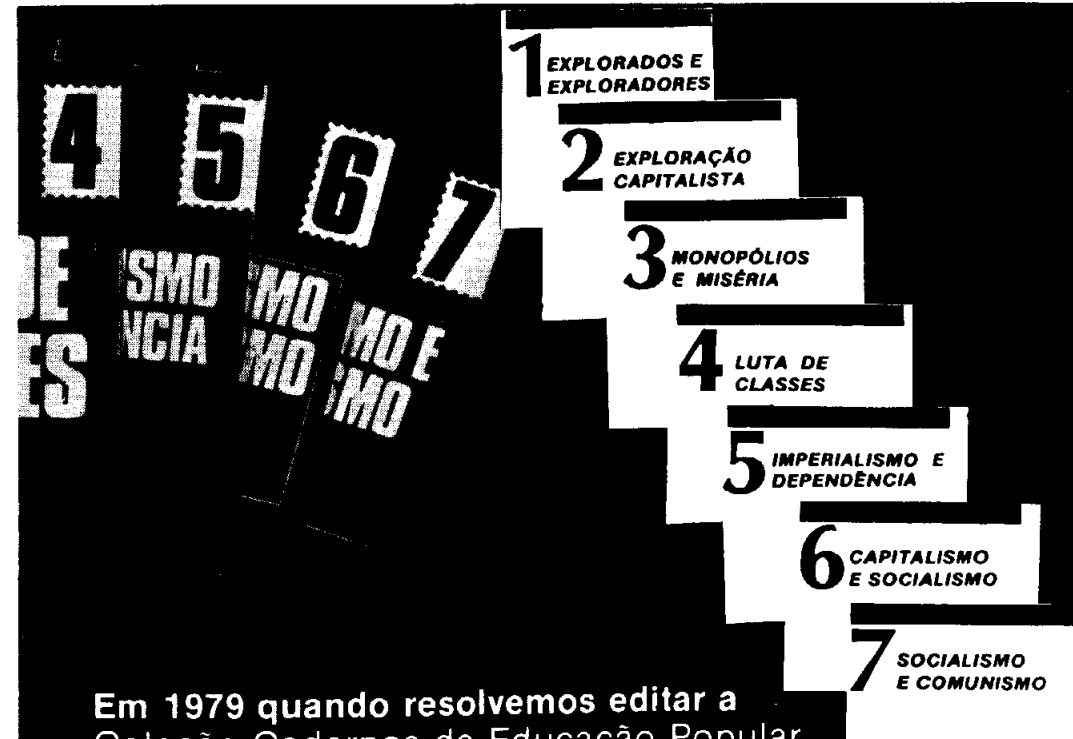
- Estabelecer contacto com institutos, centros, núcleos, organizações em geral que desenvolvam um trabalho dentro de objetivos semelhantes aos do NUPDOCH.



CADERNOS DE EDUCAÇÃO POPULAR

CADERNOS DE EDUCAÇÃO POPULAR

CADERNOS DE EDUCAÇÃO POPULAR



Em 1979 quando resolvemos editar a Coleção Cadernos de Educação Popular, já sabíamos da boa aceitação que havia tido por parte do público em alguns países da América Latina e Central, África e Europa, onde foram lançados.

Mas nunca poderíamos imaginar que no Brasil atingisse índices de adoção tão elevados. Hoje podemos ver com clareza a utilidade desses textos para os grupos dedicados à educação de bases, ao trabalho comunitário, e nas periferias das grandes cidades com as populações marginalizadas.

A clareza e simplicidade do texto, a objetividade, os exemplos práticos, sempre numa linguagem despojada, aliado aos temas de relevância e o baixo custo dos livros, fazem dos

Cadernos de Educação Popular, a opção natural dos educadores que escolheram a educação do povo como saída mais viável para as modificações sociais.

Publicação do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica. Rua Monte Alegre, 984, SP. CEP: 05014

Projeto-HISTÓRIA Nº 2

Agosto de 1982

Responsável pelo setor de publicações
do NUPDOCH: Prof. León Pomer

Equipe Editorial do Projeto HISTÓRIA:

León Pomer

Enrique Peregalli

Luiz Egypto

Sonia Marrach

Ariosvaldo da Silva Diniz

Carlos Martins da Silva

Diagramação: Carlos Martins da Silva

Capa: César Landuchi Netto

Nossos agradecimentos à equipe gráfica da
GLOBAL-Editora.





EDART



**A GLOBAL-EDART,
ATUANDO COMO
AGENTE-CULTURAL,
ESTÁ TRABALHANDO
JUNTO A PROFESSORES
E ESTUDANTES, COM A
FINALIDADE BÁSICA DE
INCENTIVAR O ENSINO
E A PESQUISA.**

Global editora e distribuidora Ltda.

Rua França Pinto, 836 - CEP 04016 - Fone 549-3137
Caixa Postal 45329 - 01000 - V. Mariana
São Paulo - SP